

## Quem disse ?

«A acção do Governo de António Guterres, presidente da IS, vai servir também para avaliar os caminhos possíveis do socialismo nos dias de hoje»

**José Carlos de Vasconcelos**  
Visão, 11 de Novembro

**ÓRGÃO OFICIAL DO PARTIDO SOCIALISTA**

Nº1042 18 NOVEMBRO 1999 100\$ - 0,5 €

# ACÇÃO SOCIALISTA

Director Fernando de Sousa

Internet: <http://www.partido-socialista.pt/partido/imprensa/as/> E-mail: [Accao.Socialista@partido-socialista.pt](mailto:Accao.Socialista@partido-socialista.pt)



## Orçamento Rectificativo de 1999

### Investimentos reforçados na saúde

O ministro da Economia e Finanças, Pina Moura, entregou, terça-feira, na Assembleia da República uma proposta de Orçamento rectificativo, a qual prevê investimentos reforçados no sector da saúde e uma ausência de quaisquer efeitos sobre o défice do Estado.

O Orçamento rectificativo de 1999 apresenta uma aumento da despesa orçamentada de 145 milhões de contos, valor que será compensado por acréscimo de receitas de 75 milhões de contos e emissão da dívida pública de 70 milhões de contos.

Como desta proposta não resultam agravamentos em termos de défice, o Governo assegura que continuam a ser respeitados os compromissos em matéria de programa de estabilidade e crescimento.

A revisão em alta das receitas orçamentadas baseia-se na evolução da cobrança do IVA e Imposto Automóvel, que irão exceder os valores previstos em 58 e 17,5 milhões de contos respectivamente.

Quanto às despesas, a principal fatia vai para o reforço do Serviço Nacional de Saúde (SNS) em 82,4 milhões de contos.

Ainda no campo dos sistemas de saúde, o orçamento da ADSE é alargado em 11,2 milhões de contos e dos subsistemas das Forças Armadas e forças de segurança em seis milhões de contos.

Além do reforço das verbas do SNS, há ainda a considerar a assumpção de dívidas do sistema até ao montante de 77 milhões de contos, que, segundo o ministro da Economia e das Finanças, será feita através da emissão de dívida pública.

A alteração das despesas do Orçamento de Estado de 1999 inclui ainda aumentos de dotações financeiras em outras rubricas de características sociais, como o reforço de 4,2 milhões de contos para a Caixa Geral de Aposentações e três milhões de contos para o arrendamento jovem.

O aumento da verba para bonificações ao crédito da habitação com mais 16 milhões de contos e o apoio à Região Autónoma dos Açores em consequência do sismo de 1998, com mais um milhão de contos, são outras das dotações contempladas.

Finalmente, para Timor-Leste, prevê-se uma verba adicional de 10,4 milhões de contos.

## RECADO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA VERDADEIRA DEMOCRACIA SÓ COM LIBERDADE



O Presidente da República e o primeiro-ministro estiveram na primeira linha dos principais acontecimentos ocorridos na IX Cimeira Ibero-Americana, que terminou sábado em Havana, Cuba. Num recado claro a Fidel Castro, Jorge Sampaio não hesitou em frisar que a verdadeira democracia pressupõe pluralismo e liberdades políticas, além de respeito pela pessoa humana.

António Guterres voltou a alertar para os riscos da crescente desregulação da vida financeira mundial e para a notória desestruturação da política. Revelou, ainda, que quando se encontrar sábado e domingo, em Florença, com o presidente norte-americano, Bill Clinton, irá levantar o tema do injusto embargo económico dos Estados Unidos da América a Cuba.

## Timor-Leste

### A caminho do desenvolvimento Banco Mundial analisa sectores-chave



As investigações preliminares da equipa de peritos do Banco Mundial que visitou Timor-Leste debruçaram-se sobre um total de oito sectores-chave que a instituição considera centrais na fase de transição do território para a independência.

## Sociedade & País

### OCDE Portugal cresce em 1999



Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE) prevê que a economia portuguesa cresça este ano 3,1 por cento, mantendo as suas previsões da Primavera, de acordo com as Perspectivas Económicas de Outono divulgadas terça-feira, dia 16.



## Durão Barroso: falta-lhe sentido de Estado

O presidente do PSD revelou uma total ausência de sentido de Estado, característica verdadeiramente imprópria e inadequada a um ex-ministro dos Negócios Estrangeiros de Portugal.

Sem outro motivo com mínima relevância para criticar o Governo e, claramente, procurando esconder a crescente contestação interna à sua presidência no PSD, Durão Barroso criticou António Guterres por participar na cimeira da Organização para a Segurança e Cooperação na Europa (OCSE) - o que deverá impedir o primeiro-ministro de estar presente na sessão solene de abertura da Assembleia da República.

Com essas palavras ridículas, infantis e próprias de um impreparado para a vida política, Durão Barroso esqueceu duas coisas muito simples: a primeira, que Portugal se prepara para presidir à União Europeia a partir de Janeiro de 2000, razão pela qual a presença do chefe do Governo em Istambul torna-se obrigatória.

Depois, o líder «laranja» parece viver limitado a um quadro mental que não ultrapassa as fronteiras portuguesas. O que andou a fazer pelo Palácio das Necessidades tantos anos? Afinal, o que aprendeu nos Estados Unidos da América? Não sabe que o Presidente norte-americano, Bill Clinton, também não considera a cimeira de Istambul como algo passível de ser secundarizado? Como é possível tamanha ignorância no líder do maior partido da oposição? Será que não percebe a importância política para o futuro da paz mundial que resulta da cimeira de Istambul?

Como muito bem lembrou o secretário de Estado dos Assuntos Parlamentares, Fausto Correia, Durão Barroso, para querer fazer esquecer que o primeiro-ministro, revela um respeito sem paralelo pelo debate político e pela instituição parlamentar.

Desde que assume as funções de chefe do Governo, António Guterres foi à Assembleia da República 50 vezes nos últimos quatro anos, ao passo que Cavaco Silva, o tutor ideológico de Durão Barroso, foi 19 vezes ao longo do seu último mandato.

«Mais do que acusações gratuitas e desrespeitosas, Durão Barroso patenteia uma incrível falta de sentido de Estado, o que sinceramente lamento. Mas não posso deixar de sublinhar, em consequência, que o radicalismo verbal de Durão Barroso está a ultrapassar as marcas do são confronto entre o Governo e uma parte da oposição», observou ainda, com estas palavras certeiras, o secretário de Estado dos Assuntos Parlamentares.



## A REPÚBLICA DA IGUALDADE DE OPORTUNIDADES

Na edição de 19 de Novembro de 1981 do «Acção Socialista» vários artigos eram motivo de interesse.

Na página 6, um notável texto do camarada Raul Rego sobre uma das maiores figuras da 1ª República, Afonso Costa, que o articulista considerava «o maior estadista português do século».

Na página 3, um editorial com o título «Nunca o País esteve tão mal!» sobre uma comunicação ao país do ministro das Finanças do Governo da AD e ainda na página 3 o camarada Manuel Tito de Morais assinava um notável artigo intitulado «Estranha democracia esta!».

No artigo do camarada Manuel Tito de Morais, referência moral de todos os socialistas, um homem de princípios e valores, afirmava: «Nós sabemos que democracia queremos construir. Uma democracia que acabe com o império do dinheiro, do lucro e da negociata.»

Por outro lado, o «Acção Socialista» publicava um comunicado da Comissão Permanente do PS sob o título «Anti-socialismo primário do PCP reforça maioria conservadora AD».

J. C. C. B.

19 de Novembro

Quem disse?

«A República da igualdade de oportunidades, a República social, uma nação em via para o socialismo. Foi esse o ideal de Afonso Costa, seja também o ideal que nos anime a todos, na liberdade, na igualdade, na fraternidade»

Raul Rego



## Emprego Desemprego registado desceu em Outubro

O número de desempregados registados nos Centros de Emprego desceu 13,3 por cento para 342 665 em Outubro deste ano face ao mesmo mês de 1998, a 34ª descida homóloga consecutiva, revelou segunda-feira, dia 15, o Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP).

Segundo o IEFP, a descida de Outubro, a segunda maior ocorrida nos 34 meses, po-

derá ser explicada pelo crescente número de ofertas e colocações por parte dos Centros de Emprego, em resultado das medidas introduzidas pelo Plano Nacional de Emprego.

Em Outubro, foram colocados 6 173 desempregados, contra 5 602 em idêntico mês do ano anterior, segundo os dados divulgados pelo instituto.

## «Presidência Aberta» de Sampaio dedicada à Saúde

O Presidente da República, Jorge Sampaio, sempre atento às questões relevantes para a qualidade de vida dos portugueses, vai dedicar os últimos dias de Novembro ao tema da Saúde.

De 26 a 30 de Novembro, o chefe de Estado vai visitar hospitais e centros de saúde,

ouvir especialistas sobre os problemas e as propostas para o sistema de saúde, receber os responsáveis pelo sistema de ensino e de formação em saúde, bem como dialogar com representantes de associações de doentes, serviço de voluntariado e ligas de amigos dos hospitais.

## Desporto Portugal assina acordo anti-doping

Treze países, incluindo Portugal, assinaram no dia 16 um acordo de cooperação no campo da investigação e reforço dos controlos anti-doping, à margem de uma reunião de trabalho de responsáveis do desporto que decorre em Sidney, Austrália, sede dos Jogos Olímpicos do Verão de 2000.

Portugal, Austrália, Canadá, China, Finlândia, França, Holanda, África do Sul, Noruega, Polónia, Suécia, Grã-Bretanha e Estados Unidos foram os países signatários, devendo a Dinamarca e a Alemanha associar-se proximamente.

Os países que assinaram a declaração pretendem «trabalhar em colaboração com a Agência Australiana de Luta contra o Doping (ASDA) para realizar controlos e acções concertadas», tanto em competição como fora dela.

Segundo a presidente da ASDA, Natalie

Howson, o acordo «é uma nova demonstração da vontade internacional de banir o doping do desporto que tanto tem prejudicado a sua imagem».

Entretanto, o secretário de Estado do Desporto de Portugal, Vasco Lynce, defendeu na conferência penas «menos duras» para os atletas consumidores de canabinóides. O governante português defendeu que os canabinóides constituem um grupo muito especial de drogas e que, por isso, deverá existir alguma «sensatez» no modo como tratar esses casos de «doping», sob pena de se agravar as condições dos atletas. Na «cimeira» de Sidney participam 26 países, 14 dos quais europeus (11 da União Europeia), e cinco organismos internacionais, incluindo o Comité Olímpico Internacional, o Conselho da Europa e a Associação Internacional de Federações.

## Fernando Gomes defende redefinição do papel dos novos governadores civis

O ministro da Administração da Interna defendeu no dia 12 a redefinição e reforço do papel dos governadores civis, na tomada de posse dos novos titulares, que teve lugar no Parque das Nações, no Pavilhão de Portugal.

O programa do Governo aponta o reforço da coordenação executiva dos serviços públicos ao nível distrital, designadamente nos domínios da segurança, protecção civil, justiça e organização dos processos eleitorais, lembrou Fernando Gomes.

«Devem ser gradualmente atribuídas aos governadores civis tarefas de acompa-

nhamento e concertação dos serviços públicos a nível distrital», afirmou Fernando Gomes, numa cerimónia que contou com a presença do primeiro-ministro, do ministro da Presidência, Jorge Coelho, e da ministra da Saúde, Manuela Arcanjo.

«Abre-se assim uma redefinição do papel dos governadores civis, num novo quadro institucional que este Governo assume como forma de coordenar alguns serviços desconcentrados, de aliviar o peso do Estado ao nível central, permitindo que muitas destas funções sejam desempenhadas na proximidade das populações», afirmou ainda.

## VERDADEIRA DEMOCRACIA SÓ COM LIBERDADE

**O Presidente da República e o primeiro-ministro estiveram na primeira linha dos principais acontecimentos ocorridos na IX Cimeira Ibero-Americana, que terminou sábado em Havana, Cuba. Num recado claro a Fidel Castro, Jorge Sampaio não hesitou em afirmar que a verdadeira democracia pressupõe pluralismo e liberdades políticas, além de respeito pela pessoa humana. António Guterres voltou a alertar para os riscos da crescente desregulação da vida financeira mundial e para a notória desestruturação da política. Revelou, ainda, que quando se encontrar sábado e domingo, em Florença, com o presidente norte-americano, Bill Clinton, irá levantar o tema do injusto embargo económico dos Estados Unidos da América a Cuba. Um embargo que também contribuiu para que a ditadura castrista coloque obstáculos ao seu avanço para a democracia. Em Havana, Jorge Sampaio e António Guterres encontraram-se com vários dissidentes políticos cubanos.**



a cooperação entre países e blocos regionais, o chefe de Estado frisou, no entanto, que «cada país tem uma responsabilidade primária na escolha das políticas económicas mais adequadas ao seu próprio contexto, escolha essa que condiciona a eficácia e o alcance da cooperação externa.

«Não haverá soluções internacionais eficazes sem soluções nacionais ajustadas», enfatizou o Presidente da República, assegurando que Portugal, em especial durante a presidência portuguesa da União Europeia a partir de Janeiro do ano 2000, continuará «activamente empenhado e apostado no reforço das relações com a América Latina».

### Prestígio internacional de Guterres

Segunda-feira, também na capital cubana, o Presidente da República manifestou a sua convicção de que a conjugação da presidência portuguesa da União Europeia com a liderança da Internacional Socialista pelo primeiro-ministro, António Guterres, dará a Portugal a oportunidade de fazer avançar diversas matérias relevantes para o conjunto das nações.

Segundo Jorge Sampaio, Portugal poderá conseguir resultados em domínios como a abertura política do regime de Fidel Castro, ou o aprofundamento das relações entre a União Europeia e a América Latina. Os casos de Cuba ou do México, embora diferentes, fundamentam a convicção presidencial quanto às consequências positivas da acção de Portugal na União Europeia, já que ambos os países mostraram ao mais alto nível um grande interesse pela Internacional Socialista e um enorme anseio pela presidência portuguesa.

Ora, a coincidência de o primeiro-ministro poder jogar em paralelo nos diferentes tabuleiros e em vários níveis da cena política internacional permite a Portugal discutir a globalização e as suas consequências e de um forma clara e firme, capaz de ainda interessar e atrair outros parceiros para esse debate.

Também em Havana, Jorge Sampaio anunciou a visita a Portugal do rei de Espanha, acontecimento que caracterizou como «muito importante para o reforço e consolidação»

dos paraísos fiscais foram os outros dois instrumentos defendidos na intervenção do chefe do Governo.

Na mesma linha do Presidente da República, António Guterres declarou ainda que «a democracia deve garantir os Direitos Humanos a três níveis de exigência: direitos fundamentais, direitos económicos e sociais (trabalho, saúde e educação), direitos de terceira geração (cidade, novos direitos urbanos como a privacidade, o espaço e a identidade).

O Presidente da República brasileiro, Fernando Henrique Cardoso, foi o segundo orador da sessão, tendo feito várias referências ao discurso antes proferido por António Guterres.

### Oposição cubana recebida

Na véspera, em Havana, em conversa com os jornalistas, o primeiro-ministro deu a conhecer os resultados das suas conversações com dissidentes cubanos.

O chefe do Governo realçou «a posição muito construtiva dos diferentes elementos da chamada dissidência cubana no que toca à evolução do regime de Fidel Castro. Embora existam «diversas posições, as diferentes linhas da dissidência cubana não querem situações de ruptura ou de confronto com o poder e são favoráveis a uma transição política que permita integrar as diferentes correntes opositoristas.

Ainda de acordo com o primeiro-ministro, «todos os dissidentes transmitiram uma visão extremamente construtiva» no sentido de se poder encontrar «uma plataforma de unidade» para se desenvolver uma sociedade pluralista em Cuba. António Guterres adiantou, igualmente, que vai exprimir a sua «convicção profunda» sobre o caso cubano ao presidente norte-americano, Bill Clinton na reunião deste fim-de-semana em Itália, para o qual foi convidado.

Depois de repetir a oposição de Portugal e da União Europeia ao bloqueio pelos Estados Unidos da América a Cuba, o primeiro-ministro frisou que «há um sistema de duplo enclausuramento» no regime de Havana, o qual «é negativo e se alimenta a si mesmo». Por um lado, explicou, existe o bloqueio e «todos os pretextos» que oferece para a manutenção do regime castrista, por outro lado, verifica-se o fechamento do regime, que também se baseia na atitude norte-americana. Enquanto futuro presidente da União Europeia, António Guterres reafirmou os princípios dos Quinze Estados-membros quanto a Cuba: maior abertura política, mais respeito pelos Direitos Humanos e o fim do isolamento internacional em Havana.

Nas conclusões da Cimeira Ibero-Americana, os chefes de Estado e de Governo fazem um «enérgico repúdio à aplicação unilateral e extra-territorial de leis e de medidas nacionais que infringem o direito internacional e procurem sobrepor-se, e, terceiros países, às suas próprias leis e ordenamentos». Uma referência clara ao embargo norte-americano a Cuba.

O Presidente da República não hesitou em destacar, durante a IX Cimeira Ibero-Americana, em Havana, quais as condições necessárias para que exista um verdadeiro regime democrático. No seu discurso, o chefe de Estado declarou que «a verdadeira democracia pressupõe o respeito pela dignidade da pessoa humana, dos seus direitos fundamentais, da sua capacidade de livre iniciativa e da sua liberdade».

Usando da palavra na abertura da cimeira, Jorge Sampaio evocou a declaração adoptada pelos chefes de Estado e de Governo na reunião do Chile (em 1996), lembrando a «noção de que nenhum cidadão pode ver-se prejudicado nos seus direitos fundamentais em nome de uma visão dogmática da sociedade, do Estado ou da economia». A este propósito, o Presidente da República abordou a situação em Timor-Leste e apelou à continuada solidariedade de todos e cada um dos países presentes «para as tarefas de reconstrução e do nascimento do novo Estado timorense». Depois de saudar a presença de representantes da Comunidade de Países de Língua Portuguesa, defendeu também a necessidade de incentivar e apoiar «os esforços muito positivos» dos países latino-americanos «para combater» os «efeitos perniciosos» das recentes crises nos mercados financeiros internacionais. «Essas condições difíceis não foram, felizmente, terreno de cultivo para tentações autoritárias», sublinhou Jorge Sampaio, acrescentando que «as soluções democráticas impuseram-se naturalmente, o que confirma ser este o único caminho certo para o desenvolvimento e o progresso da América Latina».

Ao apontar a indispensabilidade de reforçar

## PELO PAÍS

## Governação Aberta

## ADJUNTO

O ministro-adjunto do primeiro-ministro, Fernando Gomes, admitiu no passado sábado, dia 13, no Porto, que o modelo institucional das áreas metropolitanas é «muito frágil», defendendo a necessidade de o reforçar através do aumento da «legitimidade» dos seus presidentes.



«Não considero que a eleição directa do presidente das áreas metropolitanas seja a melhor forma, porque poderia causar conflitos institucionais com os presidentes das autarquias que as integram, mas é necessária uma forma de eleição indirecta que de mais força e legitimidade», afirmou. Fernando Gomes, que falava aos jornalistas no final da cimeira da METREX (Rede Europeia de Metrópoles), disse, no entanto, que «a realidade portuguesa ao nível das áreas metropolitanas não tem paralelo na Europa», destacando o papel que têm desempenhado as áreas metropolitanas de Lisboa e Porto, apesar dos «meios insuficientes que gerem».

«Falta um novo modelo institucional para as áreas metropolitanas», reafirmou o governante, garantindo que o novo quadro legal «será encarado nesta legislatura». Fernando Gomes, que afirmou ser conhecido no Executivo como o «sindicalista dos municípios», admitiu, na intervenção que fez no encerramento da cimeira, que «ainda há muito a fazer na descentralização de funções e nas parcerias entre o Governo, os municípios e as áreas metropolitanas».

«Chegou o momento de dar um passo em frente, acrescentando novas atribuições e competências aos municípios e as áreas metropolitanas», frisou, recordando que o aumento das transferências de verbas para as autarquias aumentou 57 por cento desde 1995, «mas foi apenas um aumento de verbas, que não foi acompanhado por novas competências».

## ADMINISTRAÇÃO INTERNA

A campanha de prevenção rodoviária «Segurança máxima, tolerância zero» vai ser alargada no período de Natal e Ano Novo a mais seis estradas, nomeadamente ao Itinerário Principal 1 (IP1) entre Lisboa e o Algarve.

O anúncio foi feito terça-feira, dia 16, pelo ministro da Administração Interna,

Fernando Gomes, durante uma visita à Direcção-Geral de Viação (DGV), em Lisboa, acompanhado dos seus dois secretários de Estado.

Prevendo-se que entre em vigor a 20 de Dezembro próximo, o reforço da campanha abrangerá a ligação entre Lisboa e o Algarve, complementando a «tolerância zero» já em vigor na Estrada Nacional 125, a começar à saída da Auto-Estrada (A2) em Grândola.

Mais para Norte, a acção das brigadas de trânsito intensificar-se-á na EN103, entre Braga e Viana do Castelo, e no IP4, entre Amarante e Viseu. Será igualmente visado o IP3 entre Coimbra e Viseu.

Do mesmo modo será reforçada a fiscalização no IP6 e IP2, entre Abrantes e a Guarda. O IP2 será também alvo da campanha no troço entre Évora, Portalegre e Castelo Branco.

Na origem do alargamento da campanha está o previsível aumento do tráfego rodoviário no período natalício e de passagem de ano.

O ministro da Administração Interna anunciou igualmente que o policiamento e sinalização serão reforçados ao longo de todos estes percursos, que terão também bem visíveis avisos aos condutores de que as estradas estão sob vigilância reforçada.

## AMBIENTE

O secretário de Estado do Ambiente, Rui Gonçalves, apelou, no dia 12, em Gaia, às Organizações Não Governamentais de Ambiente (ONGA) para que façam «uso completo e integral» da nova legislação que rege a sua actividade.

O governante, que participou no seu primeiro acto público como secretário de Estado, falava durante a sessão de abertura do 10º Encontro Nacional das Associações de Defesa do Ambiente que se iniciou, sexta-feira, no Parque Biológico de Gaia.

O secretário de Estado defendeu que a Lei das ONGA - publicada em Julho de 1998 - que rege esta actividade, confere a este tipo de associações um estatuto de igualdade face a todas as restantes organizações não governamentais, que não era reconhecido pela anterior Lei das Associações de Defesa do Ambiente.

«As ONGA tem de ter os mesmos direitos que as restantes organizações da sociedade civil», disse Rui Gonçalves, apelando a estas organizações para que utilizem plenamente a nova lei, já regulamentada, assim como o Estatuto do Mecanismo Ambiental, publicado em Março deste ano. «Se as ONGA não o fizerem, a acção do Governo na área do Ambiente será certamente menos frutuosa», disse o secretário de Estado.

Rui Gonçalves sublinhou ainda a importância do Ambiente neste Governo e frisou que as cidades são agora uma prioridade.

«Pretendemos dar um novo impulso ao Ambiente nas cidades», disse, apelando aos autarcas presentes no encontro para a necessidade de apostarem na requalificação urbana, uma área que atravessa toda a acção autárquica.

## DEFESA

A Marinha, através do Arsenal do Alfeite, e a indústria naval portuguesa (estaleiros de Viana do Castelo e do Mondego), assinaram, ontem, um acordo de cooperação relativa ao programa de construção de navios patrulhas oceânicos.



O anteprojecto do programa de construção destes navios encontra-se já em fase de conclusão no Arsenal do Alfeite, segundo anunciou, no dia 15, o Ministério da Defesa.

A assinatura do acordo de cooperação foi presidida pelo ministro da Defesa, Júlio Castro Caldas, numa cerimónia que contou também com a presença do chefe do Estado Maior da Armada, almirante Vieira Matias.

O presidente dos Estaleiros Navais de Viana do Castelo, Duarte Silva, disse que o programa de cooperação que agora vai ser assinado «é muito importante», já que este sector de actividade não construía qualquer navio para a Armada desde finais de 1960.

Ainda de acordo com o Ministério da Defesa, o calendário do desenvolvimento do projecto, a iniciar-se durante este mês, prevê dar início ao fabrico de navios nos primeiros meses de 2001, podendo o Arsenal do Alfeite, responsável pela construção da primeira unidade, antecipá-lo para o Outono de 2000.

Em linhas gerais, o projecto visa a maximização da incorporação da indústria nacional na capacidade de construção naval do País, bem como a importação de tecnologias necessárias à construção de modernas unidades navais, esclarece o ministério.

O gabinete de Castro Caldas adianta ainda que, desta forma, procurar-se-á elevar, de forma sustentada, o nível e a qualidade da incorporação da indústria nacional neste sector que, para lá da mão de obra e da actividade fabril de estaleiro naval, se tem mantido em valores relativamente baixos.

## ECONOMIA

A proposta de Orçamento de Estado para 2000 não pode ser apenas uma linha de continuidade dos últimos quatro anos, antes terá de renovar e inovar prioridades, afirmou, segunda-feira, dia 15, em Lisboa, o ministro das Finanças e da Economia, Pina

Moura.

Falando no 29º seminário para banqueiros estrangeiros do Banco Português do Atlântico, Pina Moura afirmou que irá «manter a matriz orientadora em rigor financeiro de consciência social», mas há que «renovar e inovar nas prioridades e nos instrumentos».

O ministro defendeu a necessidade de desenvolver uma nova geração e instrumentos de consolidação das finanças públicas e, por outro lado, usar uma combinação adequada das políticas orçamental, fiscal e de rendimentos, que contribuam para induzir, a partir de 2000, um padrão de crescimento do produto saudável e sustentável.

Depois de recordar que alguns dos instrumentos pressupostos de consolidação das finanças públicas, nos últimos quatro anos, se encontram esgotados, Pina Moura defendeu que é necessário, num primeiro momento, interromper o crescimento da despesa corrente do Estado em ritmos não sustentáveis e reorientar a despesa pública para o investimento público ou do interesse público e para as novas prioridades das políticas sociais.



Para o ano 2000 haverá cortes efectivos nas despesas de funcionamento não destinadas a pessoal com ganhos de eficiência e racionalização, combatendo o desperísimo e o desperdício, o que terá de ser traduzido em «muitos milhões de contos de poupança».

Pina Moura apontou para uma redução do volume global de subsídios, incentivos e bonificações, segundo critérios de utilidade e cuidados sociais e para a criação de novos instrumentos de elaboração, controlo e gestão da despesa orçamental.

O governante afirmou que dará prioridade absoluta à concretização da reforma fiscal, «ao serviço da justiça fiscal entre os contribuintes e da competitividade empresarial».

## FINANÇAS

O reforço para o Sistema Nacional de Saúde atinge os 175 milhões de contos, mas apenas 82,4 milhões de contos terão origem orçamental, sendo o restante financiado por assumpção de dívida pública, afirmou o ministro das Finanças, no dia 16, após ter entregue ao presidente da

PELO PAÍS

Governação Aberta

Assembleia da República, a alteração à Lei Orçamental de 1999.

Além deste reforço das dotações, o Orçamento Rectificativo inclui ainda contribuições para subsistemas de saúde, nomeadamente ADSE e Caixa Geral de Aposentações. Pina Moura indicou que o Orçamento Rectificativo de 1999 inclui uma variação em termos da despesa de mais 145 milhões de contos.

Além do reforço das dotações para a Saúde, cerca de dez milhões de contos do aumento da despesa são destinados ao apoio à reconstrução de Timor e outros dez milhões têm por finalidade financiar as participações nacionais do encerramento de vários programas do último Quadro Comunitário de Apoio (QCA III), esclareceu o ministro.

No entanto, e apesar do aumento das despesas, o governante garantiu que o défice orçamental em percentagem do PIB (Produto Interno Bruto) se manterá nos previstos 1,8 por cento.

É que o aumento da despesa será em grande parte financiado pelo acréscimo da receita fiscal, nomeadamente a obtida através do IVA (Imposto sobre o Valor Acrescentado) e IA (Imposto Automóvel), que atinge os 75,4 milhões de contos.

O restante é financiado por assumpção de dívida pública, que atingirá cerca de 70 milhões de contos, mas não provocará alterações substanciais ao rácio da dívida pública sobre o PIB, garantiu Pina Moura.

SAÚDE

A ministra da Saúde, Manuela Arcanjo, assegurou, no dia 14, em Coimbra, que se esforçará para que todos os subsistemas de saúde adiram ao programa de controlo da diabetes, que viabiliza a gratuidade dos meios de acompanhamento da doença. «Não posso obrigar os restantes

subsistemas a assinar o protocolo, mas vou fazer um esforço para que os benefícios garantidos pelo Sistema Nacional de Saúde sejam alargados aos outros diabéticos», referiu.

A ministra falava aos jornalistas no final da sessão oficial comemorativa do Dia Mundial do Diabético.

Ao intervir na sessão que decorreram antes, o presidente da Assembleia Geral da Associação dos Diabéticos da Zona Centro, Gustavo Cardoso, manifestara alguma amargura, criticando, nomeadamente, o acompanhamento da doença em alguns centros de saúde.



Na intervenção durante a sessão, Manuela Arcanjo reconheceu que, apesar dos «passos importantes» dados nos últimos anos no apoio a estes doentes, «há ainda muito a fazer».

Reiterando a aposta do seu ministério, nesta legislatura, na prevenção, a titular do departamento governamental da Saúde defendeu a colaboração de todas as entidades envolvidas para «consolidar e melhorar o que ainda está para fazer».



DESTAQUE – CM

Distritos

NOMEADOS GOVERNADORES CIVIS

O Executivo socialista nomeou, no dia 11, os governadores civis do País.

A decisão foi tomada na passada reunião de Conselho de Ministros, que decorreu, quinta-feira, em Lisboa.

A resolução aprovada procede, assim, sob proposta do ministro da Administração Interna, à nomeação de 18 governadores civis:

- Antero Gaspar de Paiva Vieira (Aveiro)
- Agostinho Marques Moleiro (Beja)
- Fernando Ribeiro Moniz (Braga)
- Júlio Meirinhos Santana (Bragança)
- José de Sampaio Lopes (Castelo Branco)
- Horácio André Antunes (Coimbra)
- Henrique António de Oliveira Troncho (Évora)
- Joaquim Américo Fialho Anastácio (Faro)

Fernando dos Santos Cabral (Guarda)  
Carlos Manuel Bernardo Ascenso André (Leiria)

- Alberto Manuel Avelino (Lisboa)
  - João Galinha Barreto (Portalegre)
  - Joaquim Barbosa Ferreira Couto (Porto)
  - Carlos Manuel Carvalho Cunha (Santarém)
  - Alberto Marques Antunes (Setúbal)
  - Alberto Marques de Oliveira e Silva (Viana do Castelo)
  - Artur João Lourenço Vaz (Vila Real)
  - João Luís da Inês Vaz (Viseu)
- O diploma nomeia também os vice-governadores civis de Braga - Manuel Ferreira; Lisboa - António Alberto Almada Guerra; e Porto Luciano Augusto Bastos Vilhena Pereira.



CONSELHO DE MINISTROS

Reunião de 11 de Novembro

O Conselho de Ministros aprovou:

- Um decreto-lei que prevê a importação e transporte de gás natural e estabelece o regime de licença para a distribuição e fornecimento de gás natural em regime de serviço público em zonas não abrangidas pela concessão de distribuição regional;
- Um decreto-lei que estabelece os princípios a que deve obedecer o projecto, a construção, a exploração e a manutenção do sistema de abastecimento de gás natural;
- Uma resolução que nomeia os governadores civis e vice-governadores civis;
- Uma proposta de lei que altera o Orçamento de Estado para 1999;
- Um decreto-lei que altera o artigo 37º do Regulamento da Habilitação Legal para Conduzir, aprovado pelo decreto-lei n.º 209/98, de 15 de Julho, respeitante a licenças especiais de condução de ciclomotores;
- Um decreto-lei que cria uma linha de crédito para financiamento das empresas criadoras de toiros de lide;
- Uma proposta de resolução que aprova o tratado entre a República Portuguesa e a República Francesa relativa à cooperação no domínio da Defesa;
- Uma proposta de resolução que consagra o acordo entre Portugal e a Eslovénia relativo a transportes internacionais rodoviários de passageiros e mercadorias e respectivo protocolo;
- Uma resolução que prolonga o prazo de execução da missão da licenciada Carmen Madalena da Costa Gomes e Cunha Pignatelli, até à conclusão da Intervenção Operacional da Saúde, no âmbito do II Quadro Comunitário de Apoio.

## DURÃO VIRA LOUÇÁ DA DIREITA PORTUGUESA



O líder do Grupo Parlamentar do PS, Francisco Assis, no encerramento do debate sobre o programa do Governo, considerou que ele permite fazer uma «avaliação objectiva do comportamento aqui evidenciado, quer pelo Governo quer pelos diversos grupos parlamentares, e permite-nos também fazer já uma avaliação prospectiva do que pode vir a ser o comportamento dos diferentes agentes políticos aqui representados ao longo da legislatura».

Começando por analisar o Governo, salientou que «o primeiro-ministro trouxe um conjunto de propostas a que este Parlamento não pode nem deve ser insensível».

Em primeiro lugar, frisou, «apresentou propostas claras e concretas no sentido de garantir a reforma do sistema político». Por isso, reafirmou a disponibilidade da bancada socialista para, em colaboração com o Governo e com todos os grupos parlamentares representados nesta Assembleia, «trabalhar afinadamente, tendo em vista a obtenção dos objectivos que todos nós, ao longo do tempo, temos vindo a reclamar».

«O primeiro-ministro apresentou um claro designio nacional, constante do nosso programa eleitoral e que se reflecte agora, claramente, no Programa do Governo: recuperar no espaço de uma geração o atraso

que ainda nos separa dos países mais desenvolvidos da Europa. É um enorme desafio que não se coloca apenas ao Governo e ao PS, é um enorme desafio que se coloca a todos os portugueses», disse.

Segundo referiu Francisco Assis, «o primeiro-ministro e vários membros do Governo que tiveram oportunidade de intervir ao longo deste debate elencaram um conjunto de medidas, de propostas e de soluções que, na óptica do Governo, garantirão a concretização desse objectivo fundamental e essas medidas, propostas e soluções foram exactamente as que foram sufragadas maioritariamente pelo povo português há menos de um mês. Por isso, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista tem claramente a dizer ao Governo que este tem toda a legitimidade para dar plena concretização aos objectivos constantes do seu Programa e que foram claramente apoiados pela maioria da população portuguesa».

Numa avaliação dos comportamentos dos grupos parlamentares representados na AR, Francisco Assis considerou que «nem o PSD nem o Bloco de Esquerda quiseram apresentar uma moção de rejeição do programa do Governo. O que está em causa para os dois partidos é a necessidade de se afirmarem nas respectivas áreas políticas».

Segundo Assis, o verdadeiro destinatário

da moção de rejeição do Bloco de Esquerda «não é o Governo, é o Partido Comunista Português. O verdadeiro destinatário não é o programa deste Governo, é o partido que se coloca, aparentemente, e do ponto de vista do Bloco de Esquerda, ligeiramente à direita desse mesmo Bloco de Esquerda».

Por outro lado, salientou, «à direita ocorre algo de muito mais bizarro, porque à direita está o maior partido, e não o menor partido, que tem necessidade de afirmar a sua identidade. É o maior partido, e não o menor partido, que tem necessidade de apresentar uma espécie de prova de vida política, porque foi essa, de facto, a razão por que o PSD apresentou a moção de rejeição do Programa do Governo».

Ainda segundo o líder do GP/PS, «o PSD participou neste debate, como, de resto, já tinha participado em debates anteriores na fase final da última legislatura, sem qualquer ideia, sem qualquer projecto, sem qualquer objectivo programático para Portugal! O PSD chegou a este debate com o único intuito de querer clarificar questões à sua direita e no seu interior».

«Penso que a expectativa do eleitorado do PSD não é a de que o Sr. Deputado Durão Barroso se transforme, com todo o respeito intelectual pela figura que vou citar, numa espécie de Dr. Francisco Louçá da direita portuguesa», afirmou.

Por isso mesmo, acrescentou o líder da bancada socialista, «Estou convencido de que está a prestar um mau serviço a si próprio e ao seu partido ao seguir por uma via de radicalização, sem qualquer sentido, da vida política. É uma via em que o PSD parece, desde logo, indisponibilizar-se para contribuir com as suas próprias soluções para o debate político em que ele tem necessariamente de participar».

Queremos um PSD propositivo, que tenha intervenções, um PSD que tenha ideias; não queremos um PSD remetido a um papel de oposição sem ideias e que se limita a seguir a política do «bota abaixo», como já foi referenciado».

A terminar a sua intervenção, Assis considerou ser necessário «um novo impulso reformista», frisando que «é necessário que, em áreas fundamentais, se enfrentem interesses e corporações organizadas; é necessário ter firmeza e essa firmeza deve encontrar sempre o seu fundamento nas convicções sólidas que não deixarão, nunca, de presidir ao comportamento do primeiro-ministro e de todos os membros do Governo».

esperança que os socialistas são capazes de transmitir ao mundo», disse Francisco Assis durante a sua intervenção na sessão plenária da Assembleia da República.

Destacando as alterações «imensas e profundas» que se verificaram durante este século, Assis recordou que estes foram cem anos «em que o homem foi capaz do melhor e do pior».

«Nós, socialistas democráticos, temos um particular orgulho em termos participado em todos os grandes combates do século e, na nossa perspectiva, de termos estado sempre do lado justo no âmbito desses combates», declarou, acrescentando de seguida que «a Internacional Socialista teve, ao longo das últimas décadas, uma importância indiscutível no delinear dos caminhos da humanidade».

Para o deputado do PS, foi a esquerda que, na Europa da «guerra fria», «nunca deixou pôr em causa o princípio fundamental da liberdade».

Ao frisar o empenhamento dos socialistas e sociais democratas do globo na procura de novas respostas para os novos problemas da humanidade, o líder parlamentar referiu a globalização económico-financeira e cultural como «a maior das alterações» do século XX.

Relativamente à mundialização das economias e das trocas culturais Francisco Assis afirmou: «reconhecemos os méritos e as vantagens da globalização, mas entendemos que é preciso construir, a um nível global, modelos de regulação que impeçam que, em nome da mundialização, ressurgam injustiças sociais e fenómenos de desigualdade».

«Há hoje uma necessidade essencial que passa pela reabilitação da política», defendeu Assis, expondo a urgência de se conciliar o cidadão com o indivíduo e de renovar a relação entre a política e a economia. «É preciso conceber o mercado como um instrumento fundamental, mas não mais do que isso», sublinhou, referindo-se a um instrumento «que tem de estar permanentemente colocado ao serviço do homem e dos objectivos de uma sociedade cada vez mais justa, uma sociedade de oportunidades para todos».

Ao evocar a queda do muro de Berlim, por ocasião da comemoração dos dez anos desta importante efeméride, Francisco Assis reiterou a sua convicção na necessidade de encontrar respostas políticas, no plano da geopolítica e da geoeconomia, para um mundo que classificou como «muito desorganizado», de «desigualdades económicas» e onde emergiu a hegemonia de uma única potência.

Evocando Gramsci (filósofo político), o parlamentar socialista defendeu que «hoje temos todos razões para cultivar algum pessimismo lúcido no plano da inteligência». Assis concluiu dizendo que «a vontade de dar o nosso contributo para a construção de um mundo mais livre, mais justo e mais solidário é o nosso compromisso de socialistas, aqui e em qualquer lugar do mundo».

J. C. CASTELO BRANCO e MARY RODRIGUES

## PELA REPARAÇÃO DAS INJUSTIÇAS...

«Qualquer sociedade que se queira desenvolver, progredir e responder aos novos desafios deve ter como principal objectivo uma verdadeira política de educação pautada pelo rigor, pela qualidade e pela igualdade de oportunidades».

A afirmação foi feita pela deputada socialista Catarina Mendonça, na reunião plenária que decorreu dia 11, na Assembleia da República, por ocasião da apresentação da petição 133/VII/3ª, subscrita por 11 456 cidadãos.

O documento levado à Mesa da Assembleia visava lutar pelo «direito a uma formação de qualidade e à credibilidade dessa formação junto da sociedade».

Apesar de sublinhar o respeito que merece a Lei da Autonomia Universitária, Catarina Mendonça advogou pela coresponsabilização de todos – Ministério de Educação, docentes, estudantes e comunidade em geral – nos problemas e desafios do ensino.

Segundo a parlamentar do PS, «os problemas expostos na petição remetem-nos para matérias de gestão, organização e responsabilização da própria instituição de ensino em causa, ou seja, da Faculdade de Arquitectura da Universidade de Lisboa».

Embora consciente de que a petição esgotou já o seu objectivo, uma vez que as sindicâncias e as inspecções realizadas recentemente ao referido estabelecimento de ensino superior trouxeram uma nova realidade à gestão da Faculdade de Arquitectura, Catarina Mendonça faz questão de frisar o mérito dos alunos e professores intervenientes na resolução do problema.

Assim, a parlamentar do GP/PS considerou «de todo útil relembrar o papel da Associação de Estudantes no sentido da defesa de uma política educativa de qualidade».

«É fundamental que situações como as que foram denunciadas nesta petição não voltem a repetir-se», apelou, solicitando logo ao presidente do Parlamento que requeresse à Inspeção Geral de Educação o resultado do inquérito realizado à Faculdade de Arquitectura de Lisboa».

O documento está pronto desde o passado mês de Setembro, mas ainda não foi divulgado.

Catarina Mendonça, pediu ainda a Almeida Santos, que distribuisse o relatório por todos os grupos parlamentares, «para que, a haver as injustiças já denunciadas, elas sejam reparadas».

MARY RODRIGUES

### Reabilitar a política

O líder do GP/PS congratulou-se, no dia 10, com a escolha de António Guterres para presidente da Internacional Socialista.

«Quero saudar, nessa eleição, a ascensão de um cidadão português para o exercício de uma função de interesse relevantíssimo na vida da comunidade internacional, bem como saudar uma nova

## TERCEIRA CIMEIRA ARRANCA HOJE

O terceiro encontro de alto nível dos 55 Estados-membro da OSCE - Organização para a Segurança e Cooperação na Europa -, decorre hoje e amanhã, em Istambul, marcada pelos conflitos abertos e tensões fronteiriças nas repúblicas da esfera da antiga União Soviética.

Para o nosso país, são dois os dossiers cruciais deste encontro internacional, nomeadamente o tratado sobre as «Forças Convencionais na Europa» (CFE) e a «Carta de Segurança Europeia».

Recorde-se que o primeiro destes documentos foi aprovado na cimeira da organização em Paris (1990), como pilar do desarmamento, por limitar o número de efectivos, de meios terrestres e aéreos do Atlântico aos Urais, em resultado de 20 meses de negociações entre a NATO e o Pacto de Varsóvia, de que se acabavam de demarcar a Hungria, Checoslováquia e Polónia.

O «Modelo de Segurança Comum e Abrangente para a Europa do Século XXI», aprovado na cimeira lusa de 1996, é o segundo dossier que Portugal leva à capital turca.

O documento vinca que a segurança europeia exige a mais ampla cooperação e coordenação dos países-membros e organizações euro-atlânticas, destacando ainda a vontade da OSCE de estreitar, numa base de transparência, laços com



outras organizações afins, cujos membros se identifiquem com os princípios que norteiam os 55.

A partir deste texto, o conselho ministerial de Copenhaga (1997) deu corpo à «Carta de Segurança Europeia», que aposta na convergência e reforço institucional, numa óptica operacional e não hierarquizada. O primeiro-ministro, António Guterres, e o seu chefe da diplomacia, Jaime Gama, são as personalidades do Governo português presentes em Istambul, depois de terem assistido, em Havana, Cuba, à IX Cimeira Ibero-Americana.

### Retrospectiva

A Organização para a Segurança e Cooperação na Europa (OSCE) nasceu, há 25 anos, da conferência com o mesmo nome realizada em Helsínquia, onde foi lograda a convergência da doutrina de Leonid Brejnev com a «ostpolitik» de Willy Brandt. A pedra de toque da «coexistência pacífica» entre os dois blocos que governavam o mundo desde o final da II Guerra Mundial foi colocada naquele encontro dos li-

deres.

A génese do processo arrancou em 1950, quando a União Soviética propôs um encontro de alto nível sobre a segurança pan-europeia, cuja meta era a ratificação das fronteiras do pós-guerra.

A resposta da NATO surgiu em 1970, quando se declarou pronta a encetar contactos multilaterais na esteira da resolução do estatuto de Berlim e das conversações acerca da redução do armamento na Europa.

O acordo quadripartido sobre Berlim foi assinado no mesmo ano, na sequência da conclusão dos tratados germano-soviético e germano-polaco.

Em 1972, os russos aceitaram a proposta norte-americana de avançar, no ano seguinte, para a discussão da redução das armas convencionais e a NATO acordou avançar para uma primeira conferência pan-europeia em torno da segurança e da cooperação na Europa.

O desanuviamento (détente) introduzira alguma fluidez nas relações Leste-Oeste, até então cristalizadas na hostilidade contida que caracterizou a primeira fase da «guerra fria».

A Conferência para a Segurança e Cooperação na Europa (CSCE), antiga designação da OSCE, sentou à mesa 35 chefes de Estado e de Governo, e culminou na Acta Final de Helsínquia (AFH), assinada a 1 de Agosto de 1975.

O documento consagrou dez princípios vinculativos para as nações participantes, que sufragavam as pretensões soviéticas de um planeta dividido a troco da aceitação do papel da NATO no Velho Continente.

Os princípios foram os da igualdade soberana entre estados, renúncia ao uso ou ameaça de força, inviolabilidade das fronteiras, integridade territorial, resolução pacífica dos diferendos, não intervenção nos assuntos internos, os Direitos Humanos, direito à autodeterminação dos povos, cooperação entre estados e cumprimento de boa fé das obrigações internacionais.

A AFH instituiu, igualmente, a cooperação nos campos da Economia, Ciência, Tecnologia e Ambiente, com o objectivo de promover as trocas comerciais e o intercâmbio em domínios vitais.

Algumas décadas volvidas, durante a segunda cimeira da OSCE que teve por palco a capital portuguesa (1996), nasceu a «Declaração de Lisboa», dedicada à avaliação da «segurança cooperativa», «diplomacia preventiva» e «reforço do estado de direito» na esfera de actuação da organização.

O segundo documento deste encontro luso foi o «Modelo de Segurança Comum e Abrangente para a Europa do Século XXI» - mais conhecido por Modelo de Segurança para a Europa -, que teve aprovação unânime.

### HELSÍNQUIA

Seixas da Costa defende

## REFORÇO DE PODERES DO COMITÉ DAS REGIÕES NA UE

O secretário de Estado dos Assuntos Europeus, Francisco Seixas da Costa, defendeu no dia 12, em Helsínquia, o reforço dos poderes do Comité das Regiões na União Europeia (UE).

Na sua intervenção na conferência dos ministros dos Negócios Estrangeiros da UE sobre a dimensão nórdica, Seixas da Costa afirmou que a presidência portuguesa está «disposta» a trabalhar na próxima Conferência Intergovernamental (CIG) no sentido do «reforço dos poderes do Comité das Regiões» na UE.

Seixas da Costa afirmou igualmente que Portugal não está indiferente aos problemas da dimensão nórdica, considerando esta questão como um problema europeu, dado que se trata das questões globais da relação externa da UE que não se prendem apenas com o interesse dos países nórdicos.

Nesta ordem de ideias, segundo o



governante português, a presidência portuguesa, no primeiro semestre do próximo ano, irá trabalhar para dar conteúdo à dimensão nórdica.

«Esperamos aprovar no Conselho Europeu da Santa Maria da Feira, em Junho de

2000, um plano de acção para a dimensão nórdica», disse Seixas da Costa.

O secretário de Estado adiantou que a presidência portuguesa vai tentar associar a questão da dimensão nórdica à dimensão mediterrânica, na qual Portugal tem desempenhado um «papel fundamental». Para Portugal, de acordo com Seixas da Costa, o reforço da acção da UE na zona nórdica é um «complemento aos diferentes quadros da cooperação» que os quinze desenvolvem noutras áreas, sobretudo na zona mediterrânica.

Além disso, esse reforço permitirá à UE promover uma articulação com os países vizinhos, em particular com a Rússia, assim como com os países da zona da dimensão nórdica candidatos à adesão à UE.

Neste contexto, a dimensão nórdica é um elemento essencial para a acção externa de Portugal na UE, apontou.

Por isso, o secretário de Estado dos As-

sumtos Europeus diz estar a aguardar pelas propostas do Comité das Regiões sobre a dimensão nórdica para serem integradas na agenda da próxima CIG, que terá lugar durante a presidência portuguesa.

Durante o próximo semestre, ainda de acordo com Seixas da Costa, será garantido ao Comité das Regiões uma «activa participação consultiva» em vários domínios da acção comunitária.

Por outro lado, ainda segundo Seixas da Costa, as experiências «das dimensões sub-regionais» que existem em Portugal poderão ser úteis para os países da dimensão nórdica.

Antes do fim da Conferência dos MNE da UE, Seixas da Costa combinou com o comissário da UE para as relações externas, Chris Patten, o modelo de articulação das propostas do Comité das Regiões sobre a dimensão nórdica durante a presidência portuguesa.

ECONOMIA

OCDE

PORTUGAL CRESCE EM 1999

**A** Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE) prevê que a economia portuguesa cresça este ano 3,1 por cento, mantendo as suas previsões da Primavera, de acordo com as Perspectivas Económicas de Outono divulgadas terça-feira, dia 16.

A OCDE admite que o crescimento do PIB português acelere para 3,4 por cento em 2000 e abrande para 3,2 por cento em 2001.

Na apreciação sobre a economia portuguesa, a OCDE assinala que a actividade económica em Portugal abrandou, atenuando os receios de sobreaquecimento, a inflação está a baixar e o desemprego estabilizou. A OCDE afirma que a perda de velocidade da actividade económica se deve a uma forte desaceleração das exportações de mercadorias e ao fim de certos efeitos temporários, como a Expo'98 e construção de grandes infra-estruturas, adiantando que o aumento do rendimento disponível e do crédito dinamizou o consumo privado e o investimento.

Acrescenta que as condições monetárias,

com taxas de juro de curto prazo próximas de zero em termos reais, continuaram a favorecer o crescimento.

A OCDE observa que as condições monetárias permanecem expansionistas, en-

quanto a política orçamental endureceu ligeiramente.

Afirma também que em 2000 o aumento das exportações impulsionará o crescimento do PIB e, em 2001, a economia de-

verá abrandar com o previsível aperto da política monetária na zona euro.

Relativamente à inflação, a OCDE prevê que acelere lentamente, sob a influência do aumento dos preços das importações e de tensões sobre o mercado de trabalho, com o desemprego a manter-se no baixo nível actual. E admite que a inflação atinja 2,5 por cento em 2001, contra 2,4 por cento este ano.

A OCDE defende a necessidade de os resultados orçamentais não ficarem aquém dos fixados no pacto de estabilidade e crescimento e de serem adoptadas novas medidas orçamentais a partir de 2000, para Portugal atingir os objectivos fixados, uma vez que se prevê um aumento das taxas de juro e resultados decrescentes da luta contra a fraude fiscal.

Aconselha ainda o Governo português a ir além dos objectivos actuais em matéria de défice orçamental.

O défice da balança de transacções correntes (BTC) deverá agravar-se para 7,1 por cento do PIB este ano e 7,6 por cento em 2000, atingindo um saldo negativo correspondente a 8,0 por cento do PIB em 2001.

Previsões da OCDE para Portugal (taxas de crescimento, em percentagem)

	1999	2000	2001
<b>PIB</b>	3,1	3,4	3,2
<b>Consumo privado</b>	4,5	4,0	3,5
<b>Consumo público</b>	3,3	2,8	2,5
<b>FBCF</b>	6,7	6,4	6,0
<b>Proc. interna total</b>	4,7	4,4	4,0
<b>Exportações</b>	4,2	6,6	6,5
<b>Importações</b>	7,0	7,5	7,0
<b>Taxa de desemprego</b> (em percentagem da população activa)	4,5	4,4	4,4
<b>Saldo da BTC</b> (em percentagem do PIB)	-7,1	-7,6	-8,0

DESTAQUE - CM

Energia

REGRAS PARA FORNECIMENTO DE GÁS NATURAL

**O** Conselho de Ministros deu luz verde, no dia 11, em Lisboa, ao decreto-lei que aprova a importação e transporte de gás natural e estabelece o regime de licença para a distribuição e fornecimento de gás natural em regime de serviço público em zonas não abrangidas pela concessão de distribuição regional.

O diploma altera a redacção do decreto-lei n.º 374/89, de 25 de Outubro e visa estabelecer algumas medidas que, aproveitando o projecto e a construção de novas infra-estruturas - como é a armazenagem subterrânea e o terminal marítimo de GNL e, ainda, a possibilidade do transporte por via rodoviária de gás natural na forma liquefeita - irão enquadrar o exercício de novas actividades relacionadas com o gás natural. Por outro lado, o decreto-lei prevê que a exploração do serviço público possa ocorrer, também, em regime de licença (paralelamente com o regime anterior de concessão), o que permitirá a distribuição de gás natural em zonas do território nacional não incluídas na área de concessão de uma distribuidora regional, desde que seja estimada uma potencialidade de consumo que justifique a construção e exploração de uma rede autónoma de distribuição.

Pretende-se, pois, com um processo mais expedito, abranger zonas - mormente no interior Norte e Sul e Algarve - em que está



actualmente vedado o acesso a esta forma de energia de modo a minimizar disparidades regionais com forte impacto negativo nos domínios social, económico e ambiental.

Assim, procura-se viabilizar o acesso de novos consumidores ao gás natural em moldes que permitam assegurar o fornecimento de um serviço de energia em condi-

ções equitativas e homogéneas, e ao mesmo tempo acelerar, sustentadamente, o futuro desenvolvimento da rede de gasodutos.

Neste contexto, o diploma prevê o regime de licença para a exploração de redes locais autónomas, postos de enchimento e postos de distribuição privativa, estipulando que as entidades licenciadas devem possuir uma indispensável capacidade técnica e experiência comprovada no sector; condições para assegurar adequadas economias de escala no aprovisionamento de gás natural; e um justificado e evidente interesse em matéria de desenvolvimento regional, na exploração do serviço licenciado.

Além destas características, importa que o papel das entidades licenciadas seja conjugado com a dinâmica dos investidores locais e congrege a motivação das autarquias na melhoria das condições de fixação das populações, no crescimento da actividade económica e na protecção do ambiente.

O decreto-lei estabelece, ainda, uma divisão entre três tipos de rede de distribuição, nomeadamente, alta, média e baixa pressão - o que contribuirá, relativamente às redes de média e baixa pressão, para uma diminuição significativa dos encargos actualmente impostos aos proprietários sujeitos a servidões administrativas ou ocupação para trabalhos.

Construção, exploração e manutenção

Ainda na reunião dos ministros, realizada na passada quinta-feira, foi decidido estabelecer os princípios a que deve obedecer o projecto, a construção, a exploração e a manutenção do sistema de abastecimento de gás natural, alterando a redacção do decreto-lei n.º 232/90, de 18 de Julho.

As estruturas que integram o referido sistema de abastecimento integram os terminais de recepção, armazenagem e tratamento; gasodutos do 1º e 2º escalão; redes de distribuição, quer as regionais quer as locais autónomas, incluindo as unidades autónomas de gás natural liquefeito; as estações de compressão, postos de redução de pressão e demais instalações incluídas no projecto do gás natural; instalações de armazenagem, incluindo-se nestas as ligadas aos gasodutos ou às redes de distribuição; postos de enchimento de gás natural veicular; e as redes de distribuição privativa.

O diploma define igualmente quais as entidades competentes para a aprovação dos projectos referidos e obriga a que as entidades distribuidoras apresentem em suporte informático as plantas finais das redes de distribuição não sujeitas a licenciamento prévio.



MINORIAS ÉTNICAS

Leitão reconduzido

## UNITED COLORS: DIREITOS DE CIDADANIA PARA TODOS

**É o homem certo no lugar certo. O camarada José Leitão, fruto do seu notável trabalho ao longo dos últimos quatro anos, caracterizado por um profundo rigor e espírito humanista e universalista, foi reconduzido no dia 11 no cargo de alto-comissário para a Imigração e Minorias Étnicas, numa cerimónia realizada na residência oficial de São Bento, que contou com a presença do primeiro-ministro, António Guterres.**



Guterres elogiou a acção desenvolvida nos últimos anos por José Leitão, caracterizada «não apenas por grande rigor e competência, como também por grande sentido de militância humanista».

**N**a intervenção que efectuou na tomada de posse de José Leitão, o primeiro-ministro reafirmou o seu empenhamento em garantir direitos de cidadania a todos os residentes em Portugal. Recordando tratar-se de uma área iniciada pelo anterior Governo, António

«Esperamos dele tudo, porque é sempre (com a sua maneira especial de ser e de estar na vida) tudo aquilo que ele procura dar», disse o primeiro-ministro, manifestando a sua satisfação pela recondução do alto-comissário.

Segundo sublinhou António Guterres, «nesta área tão sensível para a própria coesão nacional, o objectivo do Governo é garantir cidadania a todos os residentes em território nacional, ou seja, com excepção da reserva constitucional atribuída aos cidadãos portugueses em relação a alguns actos políticos, e que é compreensível, todos devem gozar dos mesmos atributos de cidadania».

Na cerimónia, que contou com a presença da nova ministra da Igualdade, Maria de Belém, o primeiro-ministro admitiu que em Portugal nesta matéria há ainda situações de injustiça relativa.

### Vivência universalista

O Governo quer «continuar a trabalhar

para colmatar esse défice, para que possamos ser a sociedade harmoniosa que corresponde à nossa vivência universalista e à nossa tradição de hospitalidade», disse.

No discurso que proferiu, José Leitão salientou, por sua vez, que a situação «não tem os contornos difíceis de alguns países europeus», até porque, frisou, «a comunidade portuguesa gosta das comunidades imigrantes e estas gostam da comunidade portuguesa».

Passando em revista o trabalho realizado em diversas áreas nesta matéria nos últimos quatro anos, José Leitão salientou que «pela primeira vez foi encetado um projecto sério que visa uma melhor inserção dos nossos concidadãos portugueses ciganos na sociedade portuguesa».

José Leitão aproveitou ainda para lembrar que o trabalho nesta área, abrangendo inúmeros aspectos sectoriais, exige a colaboração dos vários departamentos do Governo e a constituição de parcerias alargadas.

J. C. CASTELO BRANCO

CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Informação

## MODERNIZAÇÃO PARA TODOS

O ministro da Ciência e da Tecnologia, Mariano Gago afirmou, no dia 4, em Lisboa, a propósito da Sociedade de Informação, que o perigo principal para um país da dimensão de Portugal é ser moderno para apenas uma parte da população.

Mariano Gago, que falava na sessão de encerramento da IV Conferência promovida pelo Núcleo Empresarial para as Tecnologias de Informação e Electrónica (NETIE) sobre a Nova Economia Digital, defendeu que a massificação dos benefícios da Sociedade de Informação é o melhor atalho no caminho para a modernização do País.

O governante disse que o Ministério da Ciência e da Tecnologia é, de facto, o ministério para a Sociedade de Informação e que as suas apostas mais fortes nos próximos anos assentam na modernização da Administração Pública, na Educação e na certificação de competências no novo mundo da «internetização» da economia e na criação de mecanismos que permitam a abertura dos mercados.

Destacou o trabalho que vem sendo desenvolvido no sentido de generalizar a Internet a todos os sectores da vida nacional e o consequente trabalho de combate à inflexão no quadro do papel múltiplo que, em seu entender, compete ao Estado num domínio que atravessa todas as áreas ligadas ao desenvolvimento do País.

O ministro recordou que Portugal assegurará no primeiro semestre de 2000 a presi-

dência da União Europeia (UE) e assumiu ser obrigação desse momento de liderança o relançamento da iniciativa europeia para a Sociedade de Informação.

«E há muito a fazer se nos quisermos comparar com os Estados Unidos neste capítulo», disse, assumindo que Portugal pode defender uma Europa mais próxima do desenvolvimento norte-americano nesta área.

A Conferência promovida pelo NETIE permitiu uma reflexão de quadros dirigentes sobre os caminhos e as possibilidades que se abrem ao tecido empresarial português na idade da Sociedade de Informação, tendo sobressaído a noção de que o mercado de uma economia digital tem a dimensão do mundo.

Por que tudo o que está a acontecer nesta área tem repercussões importantes num novo mundo do trabalho que se desenha, e no modelo social europeu, o sindicalista Rui Oliveira Costa (da União Geral de Trabalhadores - UGT) aproveitou para dizer que os sindicatos admitem contratuar uma mudança que a Sociedade de Informação impõe e não temem a «internetização» da economia.

O dirigente sindical afirmou também que as tecnologias de informação poderão desencadear desemprego em países que as não dominem.

A Conferência do NETIE reuniu num salão de um hotel de Lisboa, entre os dias 9 e 10, 250 participantes.

EDUCAÇÃO

Espaço Ágora

## INSTALAÇÕES E SERVIÇOS DISPONÍVEIS 24 HORAS POR DIA

Novas instalações e serviços, abertos todas as horas e dias do ano, estarão à disposição dos estudantes universitários de Lisboa, ainda este mês, prometendo aumentar o fluxo de 30 mil utentes registados mensalmente no Espaço Ágora.

Numa área quase redobrada, em relação às provisórias instalações do Cais do Sodré, os estudantes universitários (que disso façam prova) terão agora salas melhoradas, «todas com luz natural», disse à Comunicação Social uma responsável do referido Espaço.

Entre as novidades, Paula Barroso enumerou também o *Open Space* de informática, a sala de estiradores para estudantes de Arquitectura, o auditório para projecção de filmes e o gabinete de apoio e aconselhamento pedagógico do ISPA (Instituto Superior de Psicologia Aplicada).

Os utentes do novo Ágora, junto à estação da CP em Santos, beneficiarão ainda de descontos - contra a apresentação do cartão - em serviços internos, bem como fora deles.

Apesar de estarem a «preço social», os serviços que são pagos, como os de informática, são reduzidos ainda com o cartão de utente, que possibilita também descontos em cinemas, teatros, informática e ginásios, explicou Paula Ra-

poso.

O espaço, inaugurado ontem, é o concretizar do projecto de 1995 da AAL (Associação Académica de Lisboa).

Segundo a responsável do Ágora, o projecto esteve «tempo de mais» no Cais do Sodré, demorando «quase quatro anos» a mudar-se, desde a inauguração a 26 de Fevereiro de 1996.

Beneficiando de apoios financeiros e logísticos, por entidades públicas e privadas - com responsabilidades nos sistemas educativo e/ou comercial - o Espaço Ágora ressente-se de algumas falhas, razão por que se «demorou tanto tempo entre o projecto inicial e a mudança efectiva», sublinha Paula Raposo.

De entre os apoios ao Ágora contam-se os dos Ministérios da Educação, da Ciência e Tecnologia e da Secretaria de Estado da Juventude, que irá estar presente com um Posto de Informação Juvenil (PIJ).

Recorde-se que este PIJ - que transita do anterior Espaço Ágora - está aberto de segunda a sexta-feira, tendo por finalidade a prestação de informações aos jovens relativamente às actividades e programas de carácter cultural e juvenil desenvolvidos pelo Instituto Português da Juventude e pela Delegação Regional do IPJ de Lisboa.

TRABALHO E SOLIDARIEDADE **Pensões**

## FINANÇAS FAMILIARES CONTAM PARA CÁLCULOS

O ministro do Trabalho e da Solidariedade, Ferro Rodrigues, admitiu na passada sexta-feira, dia 12, que o cálculo das pensões poderá ter em conta, não apenas a carreira contributiva, mas também a situação financeira dos agregados familiares. Falando em Bruxelas, antes da reunião dos ministros do Trabalho da União Europeia, Ferro Rodrigues ressaltou, porém, que se trata apenas de uma possibilidade decorrente das alterações introduzidas pela Lei de Bases da Segurança Social, aprovada a semana passada em Conselho de Ministros.

Esta seria, disse, uma forma de promover a «solidariedade interna dentro do regime contributivo» e de criar uma «interacção com as políticas sociais de diferenciação positiva».

Apenas «uma possibilidade» é também, de acordo com o ministro, a «contribuição de solidariedade» prevista na Lei de Bases, que será aplicada caso seja necessário suprir futuras necessidades financeiras da Segura



rança Social. Ferro Rodrigues, que não especificou se em causa está um novo imposto ou a revisão de um ou vários impostos já existentes, esclareceu apenas que aquela «é uma porta que se pode vir a abrir no futuro». «Toda a gente sabe que, daqui a uns anos, podemos ter problemas de desemprego

mais fortes, e portanto poderemos necessitar de ter reduções na taxa social única, e teremos que, apesar disso, encontrar meios de financiamento da Segurança Social. É por isso que a contribuição de solidariedade aparece como mais uma porta que se pode abrir no futuro para situações deste tipo», justificou.

A propósito, o governante criticou os que em Portugal «pregam a necessidade de reformas», mas depois se insurgem «quando se introduzem instrumentos jurídicos para se encontrarem meios financeiros mais significativos para financiar a segurança social».

Além disso, a contribuição de solidariedade «já existe» sob a forma das transferências do Orçamento de Estado para o Orçamento da Segurança Social, «independentemente das necessidades dos regimes não contributivos», o chamado «IVA social» ou a componente do imposto sobre o consumo (IVA) que é alocada às receitas da Segurança Social.

«Queremos dar enquadramento jurídico a essa transferência, que já existe, e, por outro lado, permitir que no futuro, em momentos em que seja necessário reduzir as receitas normais da Segurança Social, ter alternativas financeiras que passam, ou por uma contribuição nova, ou por uma mistura de componentes de várias contribuições ou impostos já existentes», esclareceu.

UE

Pinheiros

## COMITÉ MANTÉM RESTRIÇÕES APENAS À REGIÃO DE SETÚBAL

O Comité fitossanitário decidiu terça-feira que, até 31 de Janeiro de 2000, apenas o pinho da região de Setúbal ficará sujeito a restrições, «vetando», assim, a proposta inicial da Comissão Europeia de estender a todo o País aquelas restrições.

Segundo o director-geral das Florestas, Carlos Morais, na reunião do comité fitossanitário, ficou decidido que até 15 de Janeiro do próximo ano Portugal terá que apresentar à Comissão Europeia (CE) e aos demais Estados-membros um inventário sistemático de todas as zonas do País, de modo a apurar se há mais

zonas afectadas pelo nemátodo para além da região de Setúbal.

«Entre 15 e 31 de Janeiro esse inventário será analisado por Bruxelas e, portanto, só a partir do final do mês de Janeiro é que eventualmente poderão ocorrer alterações à actual situação», sublinhou Carlos Morais.

O responsável pela Direcção-Geral das Florestas (DGF) mostrou-se, porém, esperançado que tal não venha a acontecer, tendo mesmo afirmado que «se é verdade que temos uma espada sobre a cabeça, se a soubermos manobrar não seremos derrotados».



TRABALHO

João Proença afirma

## QUADROS E TÉCNICOS SOFREM «PROLETARIZAÇÃO»

O secretário-geral da UGT, João Proença, afirmou no dia 7, na Póvoa de Varzim, que a intervenção sindical está a sofrer «uma mudança profunda», com os quadros e técnicos a sofrer uma proletarização.

João Proença, que falava na sessão de encerramento do I Encontro de Quadros e Técnicos Bancários do Sindicato de Bancários do Norte que contou ainda com a presença de Carvalho da Silva da CGTP-IN, salientou no âmbito das conclusões «as reivindicações próprias dos quadros e técnicos», aos quais «os movimentos sindicais têm de responder».

«Existe uma mudança profunda no movimento sindical», referiu aquele dirigente. O líder da central da Buenos Aires acrescentou, a propósito, que a intervenção sindical deve procurar a «evolução para melhor da situação dos trabalhadores e quadros técnicos», sob pena de criar problemas novos, como «o alargamento do leque salarial com as remunerações variáveis sem consequências em termos de intervenção da segurança social».

### Precariedade ilegal do trabalho

A precariedade ilegal do trabalho, a formação contínua, as qualificações e os horários de trabalho levantam a João Proença «muitas dúvidas», embora admita que «na área bancária há progressos significativos

e sinais de mudança», aos quais «os movimentos sindicais têm que estar atentos» e que poderia passar pelo «melhor modelo que é a verticalização sindical».

Carvalho da Silva, secretário-geral da CGTP-IN, frisou no seu discurso «a exigência de clarificar a condição e identidade do que é ser quadro técnico» e o nascimento de novas profissões, através dos contratos colectivos de trabalho, passíveis de regulamentação.

A regulamentação, «que é homogeneidade», passa por três ideias fundamentais: o facto do estado não actuar face a globalização, tomar o banco como uma «unidade económica e social» e a verticalização dos contratos, pelo que «os sindicatos devem dar importância aos problemas postos».

De acordo com Carvalho da Silva, «é preciso fazer como que os trabalhadores controlem os mecanismos e é necessário o combate dos sindicatos à inevitabilidade da saída precoce do mercado de trabalho».

O I Encontro de Quadros e Técnicos Bancários, sob o lema «Ser Quadro /Técnico no século XXI», baseou-se sobretudo na regulamentação das carreiras profissionais, as remunerações, a carga horária e as novas fusões e internacionalizações, problemas aos quais as centrais sindicais afirmam estarem atentas.

SEGURANÇA RODOVIÁRIA

Programa para as escolas

ANTES PREVENIR

**E**xplicar as regras da segurança rodoviária é o objectivo da primeira edição do Programa «Antes Prevenir», destinado a crianças dos seis aos dez anos de 600 escolas do primeiro ciclo do ensino básico.

Segundo a Associação para a Promoção da Segurança Infantil (APSI), este programa - lançado hoje em Lisboa - tem inserida uma abordagem inovadora pois prevê o debate das próprias regras de segurança rodoviária pelos diversos protagonistas, nomeadamente, passageiros, peões e condutores.

O programa - que se prolonga por cada ano lectivo - propõe o debate através de experiências práticas do «porquê das regras» de segurança, explica a fonte da APSI.

«Cada criança é um caso, mas normalmente uma criança só adquire competência para se deslocar sozinha na via pública a partir dos oito, dez anos», defende.

Em relação à criança como passageiro, a fonte da APSI defende que a obrigação da utilização do cinto de segurança deve ser atribuída totalmente aos adultos. O direito à vida está incluído nos Direitos da Criança e o transporte rodoviário de uma criança sem cinto de segurança põe em risco a própria vida, justifica.

O programa - que vai ser posto em prática pela Associação Portuguesa de Seguradores (APS) e que foi elaborado em



conjunto com a APSI e com o Ministério da Educação - vai funcionar em cerca de 600 escolas do primeiro ciclo, ou seja, chegar a cerca de 100 mil alunos, com idades entre os seis e os dez anos.

**Leiria quer Tolerância Zero**

O governador Civil de Leiria quer que o troço do IC 2 entre Vale Gracioso e o limite norte do concelho de Pombal (anti-

ga EN 1) seja a próxima via abrangida pelo programa «Segurança Máxima - Tolerância Zero».

Carlos André vai fazer chegar hoje, ao ministro da Administração Interna, argumentos que sustentem a introdução da «Tolerância Zero» no distrito de Leiria, recorrendo nomeadamente ao facto do distrito «ter ficado no primeiro lugar da tabela nacional da sinistralidade no terceiro trimestre do ano».

Nas estradas de Leiria, no terceiro trimes-

tre deste ano, ocorreram 166 acidentes graves, de que resultaram 44 mortos e 160 feridos graves, enquanto em igual período de 1998 - e apesar do aumento do tráfego devido à realização da Expo/98 - se haviam verificado 132 acidentes graves, com 28 mortos e 144 feridos graves.

«O combate à sinistralidade deve começar na repressão», defende Carlos André, que admite «vir a tomar medidas de choque» para sensibilização da população do distrito, no âmbito da Comissão Distrital de Segurança Rodoviária (CDSR).

Na origem da maioria dos acidentes está, segundo o governador Civil de Leiria, «o comportamento indevido do condutor», pelo que «são necessários reforços de equipamentos de detecção de infrações e aumento de recursos humanos nas forças de segurança».

A situação nas estradas do distrito é «grave» em termos de sinistralidade, pelo que a CDSR, na sua última reunião, decidiu «pedir às autoridades que intensifiquem a vigilância e a repressão nas estradas do distrito», revelou Carlos André.

Além de defender a introdução do programa «Segurança Máxima - Tolerância Zero» na antiga Estrada Nacional 1, o governador Civil vai requerer ao Instituto de Estradas de Portugal a realização de «um estudo cuidado» de todas as estradas do distrito, «para se saber em que estado se encontram e quais as necessidades em termos de segurança».

CULTURA

Salão do Livro

PORTUGAL MOSTRA EM PARIS IMAGEM JOVEM E INVENTIVA

**P**ortugal «jovem e inventivo, voltado para o futuro», foi a imagem escolhida para divulgar o país no Salão do Livro de Paris 2000, afirmou no dia 12 o comissário da representação portuguesa no evento, Eduardo Prado Coelho.

O escritor falava no Centro Cultural de Belém durante a cerimónia de apresentação do Salão, onde Portugal é o país-tema, com inauguração prevista para 16 de Março do ano 2000.

Eduardo Prado Coelho referiu que a equipa que está a preparar a representação portuguesa «deixou de parte o galo de Barcelos e a Torre de Belém, para apostar numa imagem de Portugal com o rosto voltado para o futuro».

A ideia gráfica mostra o litoral português, as falésias e o mar, tendo sido concebida inclusivamente uma banda sonora com sons portugueses, «como o som do eléc-

trico da Praia das Maças, fado e outros tipos de música tradicional portuguesa», e um logotipo de um peixe que se transforma em pássaro.

Luísa Pacheco Marques é a arquitecta responsável pelos espaços portugueses no salão, com grafismo de João Botelho e produção de Maria Eduarda Reis Colares.

O comissário revelou que o orçamento da representação portuguesa ascende a 300 mil contos, resultantes do apoio dos ministérios da Educação, Cultura e Negócios Estrangeiros.

A representação portuguesa é da responsabilidade da Associação Portuguesa de Editores e Livreiros (APEL), cuja presidente, Graça Didier, também presente no evento, considerou que será uma «oportunidade ímpar de divulgação da literatura e escritores portugueses» devido ao impacto que possui nos meios culturais.

**Cultura como pilar da afirmação dos povos**

Por seu turno, o ministro da Cultura, Manuel Maria Carrilho, sublinhou o papel da cultura como «pilar da afirmação dos povos, sobretudo numa altura em que se vive, na Europa, o desaparecimento de moedas e fronteiras».

Manuel Maria Carrilho considerou o evento «um dos mais importantes encontros anuais europeus no mundo da cultura» e referiu que o ministério que tutela a ele se associa «com todo o empenho».

No Salão do Livro de Paris 2000, que habitualmente recebe mais de 200 mil visitantes, Portugal terá três espaços próprios - uma grande livraria com livros em português e francês sobre o país ou de literatura portuguesa, um espaço institucional com imagens permanentes sobre Portugal e a cultura portuguesa e uma zona «vip» para

recepção de convidados.

Por outro lado, será criado um «stand» colectivo com a presença de editoras portuguesa e outras entidades do país como o ICEP - Investimentos, Comércio e Turismo de Portugal, a Câmara Municipal de Lisboa (CML), o Instituto Português do Livro e da Biblioteca (IPLB) e a Fundação Oriente. Ao contrário da Feira do Livro de Frankfurt, na Alemanha, dirigida essencialmente a profissionais, o Salão de Paris é aberto ao público em geral, com grande repercussão de vendas devido à importância mediática que geralmente suscita na capital francesa.

Vários encontros e conferências com 40 escritores portugueses convidados, cuja escolha, como comentou Eduardo Prado Coelho, «será certamente polémica», serão outros pontos altos do programa.

O Instituto Camões e a Comissão Nacional para os Descobrimientos Portugueses também apoiam a representação portuguesa.

## BANCO MUNDIAL ANALISOU SECTORES-CHAVE

**A**s investigações preliminares da equipa de peritos do Banco Mundial que visitou Timor-Leste debruçaram-se sobre um total de oito sectores-chave que a instituição considera centrais na fase de transição do território para a independência.

As equipas de investigação - que passaram 10 dias em Timor-Leste e que incluíram peritos internacionais e técnicos timorenses - analisaram as necessidades orçamentais nas áreas de administração económica, função pública, recuperação comunitária, sistema de justiça, educação, saúde, agricultura e infra-estruturas.

Para cada um dos sectores, o Banco Mundial preparou orçamentos provisórios que serão depois finalizados num relatório que será discutido com os doadores numa reunião prevista para Dezembro em Tóquio. Dados sobre as avaliações em cada um dos sectores, foram integrados num relatório preliminar cujo resultado da avaliação, sector a sector, segundo a Agência Lusa, é o seguinte:

**Administração Económica** - Para o Banco Mundial, este é um dos sectores prioritários, sendo urgentes as iniciativas que permitam «recomeçar o movimento de bens e serviços», o estabelecimento de um sistema de pagamentos, a criação da moeda e o estabelecimento de centros de troca.

As medidas a aplicar devem englobar decisões sobre as fronteiras com Timor Ocidental, sobre o porto de Dili e sobre o restabelecimento de serviços aéreos. Igualmente importante, segundo o Banco Mundial, é o início de negociações com a Indonésia para permitir que bancos daquele país reabram as suas delegações em Dili, permitindo assim resolver «questões de depósitos e de crédito» pendentes, e aspectos como segurança social e pensões da função pública.

A curto prazo, o Banco Mundial quer reforçar e criar instituições económicas, estabelecer regimes de política económica, negociar acordos internacionais, criar um sistema legal e jurídico, recolher dados económicos e desenvolver apoios a pequenas e médias empresas.

**Função pública** - Para o Banco Mundial, é essencial criar uma Comissão Independente de Serviços Públicos, que será responsável por todos os aspectos do sector, enquanto se criam programas de apoio que passem pela reabilitação e reequipamento de edifícios públicos e pelo desenvolvimento de apoio técnico para a criação de uma política de pessoal público.

Paralelamente, a curto prazo, devem igualmente ser criados sistemas de regulamento e legislação administrativa, a recolha de um inventário de recursos humanos existentes, da criação de programas de forma-



ção e do desenvolvimento de sistemas automatizados de serviços públicos.

A médio prazo, o Banco Mundial defende a necessidade de debates sobre o papel e as funções do Estado e sobre as divisões hierárquicas e geográficas da função pública.

**Recuperação comunitária** - Responder às carências básicas continua a ser uma prioridade para o Banco Mundial, que reforça a necessidade de consolidar instituições locais que permitam representar adequadamente as prioridades comunitárias. Numa segunda fase da transição, o Banco Mundial apresentou dados sobre a criação de um Programa de Administração e Reforço Comunitário que funciona em três componentes principais, nomeadamente a criação de conselhos locais, a atribuição de subsídios e o apoio a grupos vulneráveis.

**Sistema Jurídico** - O Banco Mundial sugere que numa fase inicial o sistema jurídico timorense deve ser criado com «menos de 170 funcionários», sendo posteriormente expandido em resposta às necessidades que vão surgindo.

Para que isso possa acontecer é necessário reabilitar e reequipar as infra-estruturas judiciais, reabilitar e reequipar as infra-estruturas policiais e penitenciárias e formar uma comissão de timorenses e de peritos internacionais para contratar magistrados e agentes jurídicos.

A criação de um centro de formação jurídica, de uma comissão jurídica que desenvolva o conjunto de leis a aplicar em Timor-Leste, da formação de uma comissão de propriedade e de terra, o apoio para o desenvolvimento de mecanismos para resol-

ver conflitos comunitários a nível local e a formação de polícias são igualmente aspectos prioritários.

A médio prazo, o Banco Mundial sugere a necessidade de se criar um sistema de registo de propriedade, a criação de um conselho jurídico - para avaliar queixas contra a conduta profissional de juizes - e a montagem de um sistema de apoio jurídico para os mais carenciados.

**Agricultura** - Antes que a segunda fase da recuperação agrícola possa começar, o Banco Mundial afirma ser vital que a distribuição de sementes e de equipamento de trabalho seja feita durante a actual fase humanitária. Depois disso, é necessário desenvolver a curto prazo programas locais de distribuição de sementes, restaurar programas de gado, criar iniciativas de desenvolvimento de pequenas produções de café e de pesca e reabilitar os sistemas de irrigação e de produções florestais.

Desenhar mapas sobre os sistemas agrícolas, restabelecer estações meteorológicas e criar um sistema de base de dados sobre o sector são igualmente aspectos a desenvolver a curto prazo, enquanto se estabelece um sistema de mecanização agrícola.

**Infra-estruturas** - A recuperação das infra-estruturas timorenses - já anteriormente enfraquecidas e depois seriamente afectadas pela onda de violência de Setembro - é claramente um dos sectores mais urgentes do orçamento de recuperação do território.

Assim, o Banco Mundial sugere a necessidade de estabelecer um sistema de cursos públicos para a obtenção de pro-

jectos competitivos para a recuperação das infra-estruturas e ainda para a reabilitação de equipamento para edifícios públicos.

A nível de transporte, o Banco Mundial sugere a criação de cinco delegações regionais, apostando no desenvolvimento dos serviços de água e electricidade e na necessidade de rever o sistema de saneamento básico de Dili.

**Saúde** - Além da necessidade de recuperar os serviços básicos de saúde e os serviços de assistência aos doentes, o Banco Mundial pretende ver desenvolvidos os sistemas de administração da saúde e a criação de um sistema central para dispensar medicamentos.

Ao mesmo tempo, o Banco Mundial aposta na criação de «alicerces que permitam o desenvolvimento de um novo sistema de saúde» em Timor-Leste bem como a formação de quadros neste sector.

**Educação** - As prioridades neste sector centram-se acima de tudo na reabilitação das escolas primárias e no fornecimento de recursos básicos para ensino, na formação acelerada de professores e na criação de um sistema de apoio para que famílias mais carenciadas possam ter acesso ao sistema educativo. Igualmente urgente é o desenvolvimento de programas de formação para jovens desempregados nas áreas urbanas.

### Lisboa e Jacarta vão restabelecer relações

Portugal e a Indonésia vão restabelecer relações diplomáticas até ao fim do ano. Este é o resultado de um encontro, no dia 13, na sede das Nações Unidas, em Nova Iorque, entre os ministros dos Negócios Estrangeiros dos dois países, respectivamente, Jaime Gama e Alwi Shahibn. Segundo Jaime Gama, a diplomata Ana Gomes, actualmente chefe da Secção de Interesses de Portugal na Indonésia, deverá ser nomeada para o cargo de embaixadora portuguesa em Jacarta.

Um comunicado conjunto emitido no final das conversações refere que «ambas as partes concordaram em intensificar os seus contactos bilaterais com o objectivo de uma rápida normalização de relações», cortadas em 1975.

### Universário do massacre recordado os os olhos no futuro

O dirigente da OJETIL Mateus Ximenes sublinhou no dia 12, em Lisboa, a importância da formação de quadros e da aposta na juventude na reconstrução e no futuro de Timor-Leste.

Mateus Ximenes falava durante uma cerimónia que assinalou a passagem do 8º aniversário do massacre do cemitério

## TIMOR

de Santa Cruz, em Díli, a 12 de Novembro de 1991, em que estiveram também presentes Alberto Araújo, da representação do CNRT em Portugal, Abel Larisina, das Falintil, e representantes da Abril - Associação Regional para a Democracia e Desenvolvimento.

O dirigente da Organização da Juventude e dos Estudantes de Timor-Leste (OJETIL) declarou que a maioria dos jovens timorenses na diáspora em Portugal estão a frequentar cursos universitários ou de formação profissional em todas as áreas.

Adiantou que a OJETIL vai apresentar à delegação do Conselho Nacional da Resistência Timorense (CNRT) em Portugal uma lista com as habilitações académicas dos seus membros, para que o CNRT faça uma escolha e designe que deverá regressar rapidamente a Timor-Leste para participar na reconstrução do país.

Mateus Ximenes afirmou que ainda não há jovens timorenses que tenham terminado cursos universitários em Portugal, mas salientou que existem muitos com cursos de formação profissional já terminados, designadamente nas áreas de electricidade, electrónica e informática.

O dirigente da OJETIL acrescentou que todos os jovens timorenses residentes em

Portugal «estão prontos a regressar» a Timor-Leste «a qualquer momento», para «contribuírem para a reconstrução e o futuro do país».

«A juventude é a coluna vertebral da nossa nação e terá de ser ela a assumir os quadros no futuro de Timor. Desde a ocupação indonésia que a juventude lutou pela independência e agora continuamos a ter uma grande responsabilidade e o dever de participarmos na reconstrução de Timor-Leste. A juventude é a última força da resistência», acentuou.

«O nosso dever é continuar a estudar e aprender o mais possível para depois podermos aplicar esses conhecimentos no nosso país em colaboração com o CNRT», acrescentou.

Aproveitou para homenagear Gregório da Cunha Saldanha, secretário-geral da OJETIL, preso pelas autoridades indonésias durante a manifestação pacífica de 2 de Novembro em 1991 e condenado a prisão perpétua, e que, segundo Mateus Ximenes, deverá ser libertado ainda esta semana.

No mesmo sentido foi o discurso do membro da delegação do CNRT em Portugal Alberto Araújo, que destacou como prioridades no futuro de Timor-Leste - aliás já assinaladas por Xanana Gusmão - a edu-

cação, saúde, finanças, economia, administração e governação e segurança.

Reforçou, aliás, esta ideia utilizando uma frase proferida recentemente pelo líder do CNRT, Xanana Gusmão, durante a sua passagem pela Austrália: «Se o país entrar em bancarrota por causa da educação e saúde, os políticos timorenses sentir-se-ão orgulhosos por isso».

«Nós construímos Timor até este momento. A partir de agora está nas mãos dos jovens que se estão a formar agora, dos que se vão formar, dar a Timor qualidade a todos os níveis e colaborar com a comunidade internacional para a construção de um país melhor».

Destacou o empenhamento na reconstrução estrutural programada a curto, médio e longo prazo, de forma a poder vencer a «grande batalha» que «é garantir a capacidade de intervenção» a todos os níveis para que Timor não seja mis um «filho pobre da comunidade internacional».

Sublinhou a falta de quadros timorenses, uma vez que o país acabou de sair de uma luta de 24 anos, período em que apenas na diáspora foi possível formar tecnicamente alguns timorenses.

«Em Portugal e na Austrália formaram-se muitos jovens que agora vão ser muito úteis no futuro de Timor Lorosae», afirmou,

acrescentando que o CNRT vai continuar a contar com a comunidade internacional e «muito particularmente» com Portugal para a formação de mais quadros.

### Ligações profundas com o povo português

«Por Portugal e pela comunidade lusófona é que nós nos aventurámos a optar pela língua portuguesa, pelo escudo. Enfim, por ligações profundas com o povo português e cultura que nos une», acentuou.

Por seu turno, Abel Larisina, das Falintil, apelou à comunidade internacional para que apoie Timor na formação de quadros técnicos para trabalharem no desenvolvimento de Timor-Leste.

Durante a cerimónia, iniciada com um minuto de silêncio em homenagem aos mortos no massacre do cemitério de Santa Cruz, foi assinado um protocolo com a associação Abril para formalizar trabalho de cooperação e apoio à OJETIL prestado nos últimos anos.

A cerimónia terminou com a inauguração de um quiosque de vendas da OJETIL, no Jardim de São Pedro de Alcântara, visando a de recolha de fundos para a intervenção em Timor-Leste e para divulgação da cultura timorense.

## PS EM MOVIMENTO

### BARREIRO

#### PS questiona autarca CDU

Os vereadores do PS na Câmara Municipal do Barreiro, face a uma notícia inserta na imprensa local, sob o título «Câmara não exerceu direito de opção», relativa ao não exercício do direito de preferência por parte do autarca da CDU Carlos Maurício, relativamente à compra de 14 imóveis do Barreiro antigo, questionaram o presidente do município na última sessão pública.

Nessa data, os vereadores socialistas apresentaram ao presidente da Câmara um requerimento, solicitando a convocação extraordinária do órgão, para o qual adiantaram desde logo os dois pontos a constar como agenda de trabalhos.

De salientar que sobre esta matéria muitos órgãos de Comunicação Social fizeram eco, tendo o presidente da Câmara convocado para o dia 5 de Novembro uma conferência de imprensa que, na sua perspectiva, tinha como objectivo «repor a verdade».

Sobre o referido encontro com os jornalistas, os autarcas socialistas referem que, enquanto vereadores, não foram informados nem pretendem tecer comentários, adiantando, apenas, que esse encontro com a Comunicação Social «serviu, tão-só, para mobilizar as hostes do PCP/CDU, tal era a frequência do auditório da biblioteca municipal, onde o evento se realizou».

### BENFICA

#### Jantar dos 25 anos

A Secção de Benfica e São Domingos de Benfica vai assinalar os seus 25 anos com um jantar comemorativo no restaurante Búfalo Grill, no Jardim Zoológico.

O jantar comemorativo terá lugar no próximo dia 26 e a Secção de Benfica já convidou o secretário-geral do partido, camarada António Guterres, o presidente, Almeida Santos, bem como diversos fundadores.

O líder do Grupo Parlamentar do PS, camarada Francisco Assis, já confirmou a sua presença.

Os militantes da Secção de Benfica contam ainda com a presença da direcção da FAUL Concelhia e outros camaradas a exercerem funções autárquicas na Federação. Claro que dos militantes da Secção de Benfica há a esperar a presença entusiasmada de todos.

As inscrições para o jantar dos 25 anos desta dinâmica estrutura podem ser feitas para a Secção de Benfica, pelo telefone 217140026, todos os dias úteis das 21 às 23 horas. Os interessados também podem efectuar a sua inscrição através dos camaradas Natá-

lia Cunha (telef. 919348816) e Pedro Policarpo (telef. 932333464).

O custo do jantar é de três mil escudos.

Os bilhetes podem ser levantados no próprio dia no local ou na Secção a partir do dia 22 de Novembro.

Que ninguém falte a esta grande jornada de confraternização da família socialista.

### LARANJEIRO

#### Morreu Francisco Pinto

A Secção do Laranjeiro está de luto. Faleceu um dos seus mais destacados e dedicados militantes: o camarada Francisco Pinto, republicano e socialista desde sempre.

Militante do PS desde 1979, o camarada Chico Pinto fez parte de vários Secretariados e foi coordenador da Secção durante dois mandatos consecutivos.

O camarada Chico Pinto, que norteou a sua acção política pelos valores da liberdade, igualdade e fraternidade, foi ainda um autarca eleito nas Assembleias de Freguesia da Cova da Piedade e Laranjeiro.

A Secção do Laranjeiro e à família enlutada o «Acção Socialista» endereça as mais sentidas condolências pela morte de Chico Pinto, um socialista de eleição.

## Organizações internacionais Socialistas portuguesas reforçam posição

Depois da eleição unânime do camarada António Guterres para presidente da Internacional Socialista (IS), no passado dia 10, em Paris, foi agora a vez do camarada José Conde Rodrigues, presidente da Câmara Municipal do Cartaxo e actualmente vice-presidente do Comité das Autoridades Locais e Regionais da IS, ser eleito para vice-presidente da União dos Eleitos Locais e Regionais Socialistas da Europa, numa eleição que decorreu no passado dia 12, em Berlim.

O PS elegeu ainda para o «bureau» desta organização outro camarada, Humberto Pacheco, vereador da Câmara Municipal de Cascais, e como suplentes a camarada Amélia Antunes, presidente da Câmara Municipal do Montijo, e Luís Arneixa, presidente da Câmara Municipal de Ferreira do Alentejo.



## Albufeira

### Câmara em defesa do consumidor

«Educar para o Consumo» é título do seminário que o Centro de Informação Autárquica do Consumidor da Câmara de Albufeira vai realizar amanhã, no auditório municipal.



O seminário, que irá decorrer durante todo o dia, vai abordar os seguintes temas: «Os direitos do consumidor» e a sua articulação com os currículos escolares»; «A segurança em geral»; e «O papel dos serviços municipais do consumo, no âmbito da educação do jovem consumidor».

## Faro

### Espaço Informação Mulher

Por iniciativa da Câmara Municipal, nasceu em Faro um novo serviço, gratuito, que visa ajudar a população feminina do concelho. Trata-se do «Espaço Informação Mulher», que funciona no edifício da Câmara Municipal, de segunda a sexta-feira, entre as 14 e 30 e as 16 e 30. Para a vereadora socialista da Câmara, Aldemira Pinho, «este é, seguramente, um valioso contributo para que seja superado um quadro social em que as mulheres não têm, de facto, igualdade nos saberes e nas oportunidades».

## Fafe

### Modernização do Parque de Desportos

A Câmara Municipal de Fafe estabeleceu com o Instituto do Desporto um protocolo de colaboração que visa o desenvolvimento de estudos e projectos necessários para a realização de obras de modernização do Parque Desportivo Municipal de Fafe.

### Apoio aos pequenos agricultores

O município de Fafe elaborou 18 projectos no âmbito do programa de apoio aos pequenos agricultores, dos Ministérios da Agricultura e do Trabalho e Solidariedade. O programa tem por objectivo promover actividades no âmbito do desenvolvimento rural, que contribuam para o apoio

sociolocal das populações rurais, para a preservação dos recursos naturais e da paisagem, incluindo a limpeza de caminhos e linhas de água.

## Matosinhos

### 15 milhões de contos para rede viária

O novo presidente da Câmara de Matosinhos, Manuel Seabra, apresentou no passado dia 11 a «revolução viária» em curso no concelho, um investimento de cerca de 15 milhões de contos na construção de novas vias e requalificação de outras já existentes.

«Temos um programa muito ambicioso de construção de novas vias e beneficiação das que já existem, que prevê um investimento de 15 milhões de contos nos próximos dois anos», disse o autarca.

A principal obra anunciada é a revitalização da marginal de Matosinhos/Sul, orçada em cerca de dois milhões de contos, seguindo-se o plano de circulação do Parque Basílio Teles e das ruas envolventes (650 mil contos), a ligação do IC1 à orla marítima (600 mil contos) e a renovação da Rua do Tronco (500 mil contos).

Relativamente à construção de novas vias, Manuel Seabra destacou um conjunto de artérias que servirão de alternativa ou complemento às que existem, entre as quais as novas ligações à Avenida Afonso Henriques, à Perafita/Lavra, à zona da feira de Custóias e à Estrada da Circunvalação, em S. Mamede de Infesta.

Por outro lado, a requalificação de vias já existentes envolverá a instalação de novo mobiliário urbano e de infra-estruturas de saneamento, além da renovação paisagística.

Manuel Seabra, que substituiu Narciso Miranda na presidência da autarquia, manifestou-se ainda «preocupado» com os atrasos na construção do último troço do IP4, que ligará o centro de Matosinhos a Águas Santas.

«As propostas já foram abertas há um ano, mas a obra ainda não foi adjudicada», frisou o autarca, salientando a importância deste troço para «libertar o trânsito de pesados do centro urbano de Matosinhos».

Segundo Manuel Seabra, o investimento hoje anunciado na rede viária insere-se na estratégia de investimentos da autarquia tendo em vista a «recomposição urbanística do concelho», que integra, além das acessibilidades, a construção de equipamentos e áreas de lazer.

### Educação e habitação

No domínio social, a Câmara de Matosinhos tem vários investimentos previstos nas áreas da educação e habitação, tendo Manuel Seabra revelado que, até ao final de 2001, serão investidos mais de um milhão de contos na requalificação urbana e instalação de infra-estruturas básicas nos cerca de 6000 fogos ilegais que existem no concelho.

## Montemor-o-Velho

### Escola básica de Pereira vai ser uma realidade

No passado dia 17 de Outubro foi assinado um protocolo, no Celeiro dos Duques de Aveiro, na vila de Pereira, que prevê a construção da escola de ensino básico integrado do 1º, 2º e 3º ciclo de Pereira, que contou com a presença, entre outros, do presidente da Câmara de Montemor-o-Velho, José Manuel Antunes. De salientar que a construção desta escola há muito que constitui um anseio tanto da população como do Executivo municipal, já que esta área do concelho era uma «zona branca» em termos de equipamentos desta natureza.

## Olhão

### Câmara apoia 13 clubes desportivos

A Câmara Municipal de Olhão vai assinar contratos-programa de apoio a projectos de 13 clubes desportivos do concelho, no âmbito do Desenvolvimento Desportivo e Apoio à Juventude, cujo valor ultrapassa os 35 mil contos.

Os contratos-programa, segundo a autarquia, visam o desenvolvimento de acções desportivas nas modalidades de futebol, basquetebol, hóquei, atletismo, marcha atlética, ginástica, BTT, ciclismo, karaté, andebol, vela, remo, canoagem e ténis, envolvendo mais de 1800 jovens com idades compreendidas entre os seis e 18 anos.

Os protocolos vão apoiar ainda o desenvolvimento das aulas de expressão e educação físico-motora, as quais serão leccionadas por bacharéis e licenciados em Educação Física, envolvendo cerca de 877 alunos de 12 escolas do 1º ciclo do concelho.

Ainda de acordo com os contratos-programa, a autarquia disponibiliza a colaboração na organização de 29 eventos previstos nos planos de actividades dos clubes ao longo da época desportiva 1999/2000.

## Ovar

### Parque municipal

O Executivo da Câmara Municipal de Ovar aprovou o programa-base do parque municipal, no âmbito do plano de estrutura da ADPEU – Área de Desenvolvimento Programado do Espaço Urbano de Ovar.

Esta proposta agora aprovada visa transformar a área poente do ADPEU num parque da cidade, reconvertendo-o funcionalmente, ou seja, passando a sua actual condição de espaço pouco qualificado, embora com importantes funções ambientais, para um espaço dotado de uma diversidade de funções associadas,

em especial a função ecológica de manutenção dos ecossistemas e protecção de recursos naturais.



## Porto

### Obras do Metro

O presidente da Câmara do Porto, Nuno Cardoso, visitou no dia 12, de manhã, o estaleiro de Campanhã da Normetro, consórcio da rede do metropolitano ligeiro do Porto.



A visita do autarca a esta frente de obra serviu, não só para se inteirar do andamento dos trabalhos, mas também para conhecer todas as alterações de trânsito efectuadas.

## Povoação

### 600 mil contos para remodelar centro Saúde

A remodelação do Centro de Saúde da Povoação, ilha de S. Miguel, orçada em 600 mil contos (três milhões de euros), vai estar concluída dentro de ano e meio, revelou o subsecretário açoriano da Saúde, Victor Carneiro, na consignação da respectiva empreitada.

Construída pela Santa Casa da Misericórdia, aquela área encontra-se «desadequada para responder às necessidades da população». Victor Carneiro admitiu que as obras que irão duplicar a área da unidade de saúde existente provoquem «incomodidades no acesso aos cuidados de saúde», as quais, disse, serão contornadas pelo desempenho dos médicos de família da Povoação, que têm com os seus utentes uma «das melhores relações» existentes no arquipélago.



QUE SE PASSA

Mary Rodrigues

Fado em Albufeira

A quinta eliminatória do III Concurso de Fado Amador «Cidade de Albufeira» realiza-se amanhã, às 21 e 30, em Olhos d'Água. «A Radiologia e a Clínica na Mulher na Menopausa» é o tema da conferência que decorre, sábado, dia 20, no Auditório Municipal, pelas 14 horas.

Património em Braga

O Instituto Português do Património Arquitectónico (IPPAR) inaugura, amanhã, no Mosteiro de Tibães, uma exposição de fotografias sobre monumentos de vários países europeus. A mostra, denominada «Juventude e Património», integra a «Experiência Fotográfica Internacional de Monumentos», uma iniciativa realizada no âmbito das Jornadas Europeias do Património.

Teatro em Coimbra

A exposição documental sobre José Brantinho de Carvalho abre hoje ao público, na Casa Municipal da Cultura, numa evocação ao primeiro centenário do nascimento desta notável figura. «Alentejo - Caminho do Olhar» é o título da mais recente publicação de Luz Videira, cujo lançamento acontecerá, hoje, pelas 18 e 30, na Casa da Cultura. «A Flor da Obsessão» é a peça que poderá ver se passar pelo Teatro Académico de Gil Vicente, no dia 22 e 23, a partir das 21 e 45. Esta quarta-feira, (re)veja um dos filmes mais populares de Ridley Scott, «Blade Runner», numa exibição única agendada para as 15 e 30, na Casa Municipal da Cultura.

Música em Fafe

Amanhã prossegue o ciclo de concertos «Música em Diálogo», com um concerto, a realizar-se no Auditório da Casa da Cultura, pelas 21 e 45, em que intervêm Luís Meireles (flauta) e Maria José Souza Guedes (piano), recriando obras de Beethoven, Chopin e Poulenc.

Ópera em Faro

A Bial de Arte Contemporânea Algarve/Andaluzia decorre, nas Galeria Municipais de Arte, a partir de amanhã e até ao dia 12 de Dezembro. Amanhã, às 10 e 30, participe no seminário «Claridades do Sul», no Museu Municipal. A ópera «Tosca», de Puccini, poderá ser apreciada, sábado e domingo, no Conservatório, a partir das 21 e 30.

Bordados em Guimarães

A mostra «Nicolinas» estará patente ao público, no Posto de Turismo da Praça de São

Tiago, a partir de segunda-feira, dia 23. Para os amantes de ficção científica, será exibida, no dia 24, pelas 21 horas, na Hemeroteca (Centro de Animação) a fita «Armageddon». A Biblioteca Municipal Raúl Brandão será palco para o teatro de fantoches de Glória de Bastos, «O Alfaiate Fantarrão», quarta-feira, às 10 e 30. As mais genuínas peças do bordado regional estarão em exibição até ao dia 26, na Casa do Povo (São Torcato).

Fotos em Lisboa

A Orquestra Gulbenkian apresenta-se, hoje e amanhã, pelas 21 e 19 horas, respectivamente, no Grande Auditório da Fundação Calouste Gulbenkian. O espectáculo, sob a direcção do maestro Michael Zilm, inclui no programa as obras de Anton Bruckner. Amanhã, vá até à sala de cinema mais próxima e delicie-se com os filmes em estreia. No menu terá quatro fitas inéditas: «Encontro Acidental», de Sydney Pollack; «O Jantar de Palermas», de Francis Veber; «O Sem-Vergonha», de Frank Oz; e «A Viagem de Felícia», de Atom Egoyan. O Teatro da Trindade (Sala Estúdio) apresenta, até ao dia 21, a peça «Morrer», de José Maria Vieira Mendes. O agrupamento musical Red Hot Chili Peppers actuarão, no dia 22, à noite, no Pavilhão Atlântico, Parque das Nações. O sapateado nunca mais será o mesmo depois de «Tap Dogs». De 24 a 28 de Novembro, às 21 e 30, seis jovens coreógrafos por Dein Perryno darão que falar no Grande Auditório do Centro Cultural de Belém. As cerca de 200 fotografias vencedoras do concurso «World Press Photo» de 1998, seleccionadas de um total de 36 836, estão

em exibição, até 12 de Dezembro, no CCB.

Concerto em Portimão

O Salão Nobre da autarquia local acolhe, este sábado, dia 20, um «concerto com quinteto».

Cinema alemão no Porto

Amanhã, o Museu de Arte Contemporânea de Serralves inaugura três exposições: «Da luz e do espaço», de Pedro Cabrita Reis; «The most contemporary picture show», de Rene Daniels, e uma instalação de cinema e vídeo da autoria de Pierre Huyghe. Um conjunto de sete filmes realizados nos dois últimos anos por cineastas alemães integra o ciclo «Novíssimo Cinema Alemão» que começa hoje, prolongando-se até domingo, dia 21. A iniciativa é organizada pela Culturporto e pelo Instituto Alemão. O ciclo realiza-se no Rivoli-Teatro Municipal com sessões às 18 horas e às 21 e 30. Serão exibidos filmes dos realizadores Petra Katharina Wagner («Oskar e Leni»), Dagmar Knopfel («Requiem para uma mulher romântica»), Ottokar Runze («O vulcão»), Tom Tykwer («Os sonhadores do Inverno»), Fatih Akin («Curto e breve»), Fred Kelemen («No país do sol poente») e Hans-Christian Schmid («23»).

Exposição em Sintra

«Enid Blyton - Exposição Biográfica» é o título da mostra que se encontra patente ao público, até dia 30, na Biblioteca Municipal de Algalva-Cacém e que poderá ser visitada de segunda a sexta-feira, entre as 10 e as 20 horas, ou aos sábados, das 15 às 20 horas.

**Danças na Cidade Festival Internacional**

52 espectáculos  
23 grupos e artistas

18 a 30 de Novembro

Teatros Taborda, A Comuna, Trindade, Cinearte Culturgest, Espaço Ginjal, Galeria ZBD e Centro Cultural de Belém

SUGESTÃO

Portugal Pop Classics

Um concerto inédito em Portugal reúne, no dia 20, no Coliseu do Porto, artistas portugueses da música pop, rock, jazz e clássica. O espectáculo, intitulado «Portugal Pop Classics», conta com a participação de músicos consagrados, sempre acompanhados pela Orquestra Sinfónica B. O concerto, que durará cerca de 100 minutos, começa com a actuação do pianista António Rosado, que vai interpretar «Rhapsody in blue», de George Gershwin. Depois sobe ao palco o duo Maria João e Mário Laginha, que interpretará dois temas do álbum que lançaram em Outubro, intitulado «Lobos, Raposas e Coiotes», seguindo-se a actuação de Miguel Gameiro, vocalista dos Pólo Norte, que apresenta uma das canções mais conhecidas desta banda: «Aprender a ser feliz.» O espectáculo prossegue com Luís Represas, que interpreta as músicas «Fetiçeira» e «No escuro», e com Xana - ex-vocalista dos Radio Macau - que sobe ao palco do Coliseu do Porto para interpretar a balada «Entre a espada e a parede». A actuação seguinte será a de Gil do Carmo, com a canção «Encontrado», seguindo-se Rui Pregal, ex-Heróis do Mar, que interpretará a música «Amor», e Viviane, vocalista dos Entre Aspas, que apresentará «Uma pequena flor». O concerto encerra com a actuação de Miguel Angelo, ex-vocalista dos Delfins, que vai interpretar as canções «Sou como um rio» e «Só eu te posso ajudar».

POEMA DA SEMANA  
Seleção de Carlos Carranca

«Sou duma vaga pátria carinhosa»

A Afonso Duarte

Sou duma vaga pátria carinhosa  
A de sempre me ver filho das dunas  
Molhando os pés no frio das espumas  
Carpa mordida toldo mariposa

Velho litígio rompe das estranhas  
(Saí ainda novo das escolas)  
Bonzo que me ensinou a ver as horas  
À beira rio me contou patranhas

Eu sempre tenho dito tenho dito  
Que já não se ouvem pássaros como outrora  
A gaivota não vem à luz da aurora  
Saltar o seu estranho e agudo grito

Tenho uma pátria póstuma de grilos  
(Tu descias amor uma alameda)  
Caem-me em cima cheiros de alfazema  
Duas gotas de chuva nos mamilos

José Afonso  
«Textos e Canções»



## O RECTIFICATIVO, O BSCH E A OCDE

O orçamento rectificativo (alterações ao Orçamento de Estado) para 1999 foi entregue na Assembleia da República e será debatido dentro de alguns dias. É interessante sublinhar os aspectos essenciais dessas alterações e referir o seu significado político.

A Saúde que foi afirmada repetidamente durante o debate do Programa de Governo como a área prioritária da despesa, no domínio social, é contemplada com um significativo reforço de verba, quer em termos de assunção da dívida quer em termos de afectação de meios financeiros suplementares ao Serviço Nacional de Saúde.

O segundo ponto que importa referir é o da habitação (essencialmente para apoio às bonificações) e decorre do enorme aumento das aquisições de casa própria. E o terceiro é o do apoio a Timor. Cerca de 10 milhões de contos deverão ser transfe-

ridos para os orçamentos dos Ministérios onde forem efectuadas despesas com acções de apoio à reconstrução e desenvolvimento de Timor.

Ainda no quadro da análise do OE-rectificativo (alteração ao OE-99) interessa sublinhar que, apesar das alterações referidas, o défice global não tem variação significativa, nomeadamente devido ao aumento das cobranças fiscais e portanto será cumprido o Pacto de estabilidade que o 1º Governo Guterres subscreveu.

Avulta, também na actualidade, a resolução do caso BSCH – Champalimaud. A resolução do caso BSCH-Champalimaud e o provável arquivamento do processo movido pela Comissão Europeia teve um desfecho interessante e positivo. Efectivamente se, há alguns meses, foi necessária uma posição de firmeza por parte do Governo e nomeadamente do Ministro Sousa Franco, face a um negócio que era tudo menos transparente, tinha entretanto

chegado a hora de estabelecer um acordo que permitisse desenvolver concretamente os negócios dos diferentes grupos financeiros e chegar a uma situação equilibrada. Que, para além disso, permita à própria CGD participar no reordenamento do sistema financeiro nacional.

Importa referir também as novas previsões da OCDE, que reapreciam de forma positiva a situação económica portuguesa. As previsões agora revistas referem a melhoria de perspectivas da situação económica mundial. A OCDE prevê mesmo um elevado crescimento da economia portuguesa no ano 2000, de cerca de 3,4% e um desemprego baixo, na ordem dos 4,5%.

Regularização de um importante conflito na área económica, alterações orçamentais que resolvem alguns urgentes problemas na área da saúde e previsões razoáveis, até bastante interessantes da OCDE são bons augúrios para o início da VIII Legislatura.

«Gostava de ver acabar o bloqueio a Cuba. Gostava!»

**Jorge Sampaio**  
Havana, 15 de Novembro

«Dez anos depois, é bem contraditório o balanço da queda do Muro de Berlim. Ganhou a utopia da liberdade; perdeu a da igualdade. Ambas são utopias, porém, tudo leva a crer que o dilema persista»

**Manuel Villaverde Cabral**  
Diário de Notícias, 12 de Novembro

«Não é fácil viver num país (Cuba) onde em cada esquina há um "comité de defesa da revolução", cuja função é vigiar os vizinhos – e que o faz com diligência, denunciando-os sem estados de alma»

**José Manuel Fernandes**  
Público, 15 de Novembro

«O socialismo real, mesmo com cores tropicais, é um sistema totalitário que não suporta a dissidência e que abomina o pluralismo. E quando Havana sai à rua para dançar, eles vigiam»

**Idem, ibidem**

«A teoria que eu utilizei diante do chefe de gabinete do Salazar para publicar a "Gabriela" foi: "O Jorge Amado é o maior escritor de língua portuguesa". Falava-se da hipótese de ele ter o Prémio Nobel "não fazia sentido que o Nobel da língua portuguesa estivesse proibido em Portugal"»

**Lyon de Castro**  
DNA, 13 de Novembro

«Quando estive no calabouço sozinho, tinha um espelho – que era proibido para as pessoas não se suicidarem. Pegava nele e falava comigo. "Chico, aguenta-te!"»

**Idem, ibidem**



Por favor remeter este cupão para:  
Portugal Socialista  
Avenida das Descobertas 17  
Restelo  
1400 Lisboa

Quero ser assinante do Portugal Socialista na modalidade que indico. Envio junto o valor da assinatura.

Cheque	Vale de correio
6 meses	12 meses
Valor	\$

Nome \_\_\_\_\_

Morada \_\_\_\_\_

Localidade \_\_\_\_\_

Código Postal \_\_\_\_\_

ASSINATURAS	6 MESES 2 NÚMEROS	12 MESES 4 NÚMEROS
Continente	500\$	800\$
Regiões Autónomas	700\$	1.200\$
Macau	1.300\$	2.400\$
Europa	1.500\$	2.900\$
Resto do Mundo	2.300\$	4.400\$

O valor das assinaturas de apoio é livremente fixado pelos assinantes a partir dos valores indicados.



Por favor remeter este cupão para:  
Acção Socialista  
Avenida das Descobertas 17  
Restelo  
1400 Lisboa

Quero ser assinante do Acção Socialista na modalidade que indico. Envio junto o valor da assinatura.

Cheque	Vale de correio
6 meses	12 meses
Valor	\$

Nome \_\_\_\_\_

Morada \_\_\_\_\_

Localidade \_\_\_\_\_

Código Postal \_\_\_\_\_

ASSINATURAS	6 MESES 26 NÚMEROS	12 MESES 52 NÚMEROS
Continente	1.650\$	3.250\$
Regiões Autónomas	2.400\$	4.600\$
Macau	4.600\$	9.100\$
Europa	5.500\$	10.800\$
Resto do Mundo	8.500\$	16.600\$

O valor das assinaturas de apoio é livremente fixado pelos assinantes a partir dos valores indicados.

### Ficha Técnica

**Acção Socialista**  
Órgão Oficial do Partido Socialista  
Propriedade do Partido Socialista  
Director

**Fernando de Sousa**

Redacção

**J.C. Castelo Branco**

**Mary Rodrigues**

Colaboração

**Rui Perdigão**

Secretariado

**Sandra Anjos**

Paginação electrónica

**Francisco Sandoval**

Edição electrónica

**Joaquim Soares**

**José Raimundo**

**Redacção**  
Avenida das Descobertas 17  
Restelo  
1400 Lisboa  
Telefone 3021243 Fax 3021240  
**Administração e Expedição**  
Avenida das Descobertas 17  
Restelo  
1400 Lisboa  
Telefone 3021243 Fax 3021240  
**Toda a colaboração deve ser enviada para o endereço referido**  
Depósito legal N° 21339/88. ISSN: 0871-102X  
**Impressão** Imprinter, Rua Sacadura Cabral 26, Dafundo  
1495 Lisboa **Distribuição** Vasp, Sociedade de Transportes e Distribuições, Lda., Complexo CREL, Bela Vista, Rua Táscoa 4°, Massamá, 2745 Queluz